

ILUSTRÍSSIMO(A) SR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO Nº 27.889/2025

SPEED SERV – COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.006.690/0001-33 e registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº NIRE 32200460885, representada por HONÓRIO SABINO PEREIRA JÚNIOR, portador do CPF 896.628.657-72 e RG 761.221 SSP/ES, com sede situada na Av. Luíz Manoel Vellozo, nº 79 – Praia de Itaparica – Vila Velha/ES - CEP: 29.102-207, ao final assinado, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. com fulcro na Lei 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital em referência, pelas razões a seguir expostas:

RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA**, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão, Registro de Preços, ampla concorrência, na forma eletrônica, registrado sob o n.º **005/2026**, visando a ***Contratação de empresa para execução de serviços contínuos de limpeza, conservação, asseio e higienização dos estabelecimentos de saúde e áreas administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Cariacica/ES - SEMUS, com fornecimento de materiais, equipamentos e insumos, a serem executados de forma contínua.***

Contudo, ao proceder à análise do Edital, vimos ser frustrada a intenção de participar do certame, em razão das imperfeições nele constatadas, contra as quais se insurge por meio da presente impugnação. Tal medida justifica-se diante das dificuldades identificadas para a participação de forma efetivamente competitiva na disputa, uma vez que o edital apresenta vícios relevantes, conforme passa a expor:

I – TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é manifestamente tempestiva, porquanto apresentada em estrita observância ao prazo estabelecido no instrumento convocatório, conforme item 4 e seguintes do Edital, e ao disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, impondo-se, portanto, o seu regular conhecimento e apreciação por esta Administração.

II. DA FLAGRANTE DESATUALIZAÇÃO DOS VALORES DE REFERÊNCIA E DA MANIFESTA INEXEQUIBILIDADE DO EDITAL DIANTE DA VIGÊNCIA DE NOVA TABELA REFERENCIAL DA SEGER E DE NOVA CONVENÇÃO COLETIVA DA CATEGORIA

O Edital incorre em ilegalidade grave e evidente ao adotar valores de referência absolutamente dissociados da realidade atual do mercado, ao desconsiderar a vigência de nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, registrada em 26/01/2026, através do nº de registro ES000026/2026 (anexa), a qual promoveu reajustes obrigatórios nos salários, benefícios e demais encargos incidentes sobre a mão de obra, e da nova tabela referencial da SEGER que atualizou valores de referência.

Considerando que o objeto licitado é totalmente composto em fornecimento de mão de obra, a utilização de parâmetros baseados em CCT ou demais tabelas superadas torna os preços de referência manifestamente inexequíveis desde a origem, inviabilizando a formulação de propostas economicamente sustentáveis e juridicamente válidas.

Tal irregularidade não se limita a falha formal, mas configura vício material apto a comprometer todo o certame, por induzir os licitantes à apresentação de propostas artificialmente reduzidas, incompatíveis com os custos reais da contratação, em flagrante violação aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ainda com base legal na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) – Art 23 – Valor Estimado compatível com o mercado, determina que:

“O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado”, considerando preços de bancos de dados públicos, quantidades, economias de escala e peculiaridades locais.

Isso significa que o valor referencial ou orçamento estimado usado como preço máximo aceitável no edital não pode ser arbitrário ou dissociado da realidade econômica do mercado para o objeto licitado.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que os valores estimados pela Administração e as respectivas planilhas de custos e formação de preços devem refletir fielmente os encargos trabalhistas vigentes e os valores efetivamente praticados no mercado, inclusive aqueles decorrentes de Convenção Coletiva de Trabalho atualizada, sob pena de comprometimento da exequibilidade das propostas e de nulidade do procedimento licitatório.

Tal orientação foi recentemente reafirmada pelo TCU no Acórdão nº 465/2024 – Plenário, proferido já sob a égide da Lei nº 14.133/2021, no qual se assentou que a análise da exequibilidade das propostas deve considerar parâmetros de mercado atuais e encargos legais efetivamente incidentes, sendo indevida a utilização de valores referenciais defasados ou dissociados da realidade econômica, por violação aos princípios da vantajosidade, da competitividade e do equilíbrio econômico-financeiro do certame.

Além disso, o Edital afronta diretamente o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, ao deixar de definir adequadamente as condições de execução do contrato e subdimensionar custos obrigatórios, criando cenário propício ao inadimplemento contratual, à descontinuidade dos serviços e à posterior judicialização, com prejuízos evidentes ao erário.

Nesse contexto, a manutenção de valores de referência desatualizados faz com que o contrato, caso venha a ser firmado, já se inicie em manifesta desvantagem econômica para a futura contratada, uma vez que os custos reais e obrigatórios da mão de obra — especialmente aqueles decorrentes da Convenção Coletiva de Trabalho vigente — não se encontram adequadamente refletidos no edital. Tal distorção rompe o equilíbrio econômico-financeiro do contrato desde a sua origem, impondo à contratada o ônus financeiro indevido e transferindo à Administração o risco de inadimplemento, descontinuidade dos serviços e futura judicialização, em frontal afronta aos princípios da legalidade, da eficiência e da boa gestão dos recursos públicos.

A observância da Convenção Coletiva vigente não constitui faculdade da Administração, mas obrigação legal inafastável, sendo absolutamente vedado estruturar procedimento licitatório com base em parâmetros sabidamente superados, sob pena de nulidade do certame.

A manutenção de valores defasados afasta licitantes idôneos, estimula propostas temerárias e compromete a competitividade e a própria finalidade da licitação, em frontal afronta ao interesse público.

Diante desse quadro, resta inequívoco que o Edital padece de vício material grave, impondo-se sua imediata retificação, com a atualização integral dos valores de referência e das planilhas de custos, em estrita observância à Convenção Coletiva de Trabalho atualmente vigente, e da tabela de preços referenciais da SEGER 2026 sob pena de inexecuibilidade das propostas, nulidade do certame e grave comprometimento da legalidade da contratação.

III. DA OMISSÃO QUANTO AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO AO ENCARREGADO DA SECRETARIA DE SAÚDE

O Edital e seus anexos preveem a existência de encarregado alocado na Secretaria Municipal de Saúde, o que demonstra a necessidade responsabilidades de supervisão e acompanhamento dos serviços prestados em ambientes sujeitos a rotinas e condições próprias da área da saúde, conforme tabela dos quantitativos estimados para a contratação:

8	Encarregado, Convencional - 44 horas semanais – diurno.	Posto	15
---	--	-------	----

Todavia, o mesmo Edital silencia de forma absoluta quanto à previsão do adicional de insalubridade devido a esses profissionais, criando flagrante inconsistência técnica e jurídica no dimensionamento do custo do contrato.

Tal omissão revela-se ainda mais grave quando se observa que a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, em sua Cláusula 10ª, §2º (tanto na nova CCT quanto na CCT superada), estabelece de forma expressa e obrigatória que os encarregados que atuam em áreas hospitalares fazem jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, não se tratando, portanto, de faculdade do empregador, mas de direito trabalhista normativo de observância compulsória.

Ao prever a função de encarregado para a Secretaria de Saúde e, simultaneamente, desconsiderar o adicional legalmente devido, o Município subestima deliberadamente o custo real da mão de obra, induzindo à formulação de propostas artificialmente reduzidas e manifestamente inexecutáveis, em afronta direta aos princípios da legalidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a omissão compromete a própria viabilidade da execução contratual, pois transfere à futura contratada **um ônus financeiro não previsto no edital, violando o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige a adequada definição do objeto e das condições de execução, bem como o art. 92, ao romper o equilíbrio econômico-financeiro do contrato desde a sua origem.**

Ressalte-se que o respeito às normas coletivas de trabalho **não constitui mera liberalidade, mas imposição legal**, sendo vedado à Administração estruturar o edital em desconformidade com a Convenção Coletiva aplicável, **sob pena de nulidade do certame e de graves prejuízos à Administração e aos trabalhadores.**

Diante disso, é inequívoco que o Edital padece de omissão relevante, impondo-se sua imediata retificação, para que seja expressamente incluída a previsão do adicional de insalubridade em grau máximo aos encarregados da Secretaria de Saúde, conforme determinado pela Cláusula 10ª, §2º, da

Convenção Coletiva da categoria, garantindo-se a exequibilidade das propostas, a legalidade do certame e a preservação do interesse público.

IV. DO DIREITO

IV.1 – Violação à estimativa de preços compatível com o mercado

A Lei nº 14.133/2021 impõe que a Administração utilize como parâmetro estimativas que reflitam, de forma objetiva, a composição dos custos relevantes para a execução do contrato. Isso inclui necessariamente os valores da CCT vigente ao tempo de orçamento e publicação do edital, mormente quando tratam de serviços em que a mão de obra representa parcela preponderante do custo.

O TCU, em diversos acórdãos recentes, tem reafirmado a necessidade de que os valores de referência sejam alinhados à realidade de mercado e baseados em fontes confiáveis, sob pena de gerar preços inexequíveis ou levar à contratação sem viabilidade econômica:

- Acórdão 823/2024-TCU-Plenário: valores extraídos de contratações similares e de mercado devem servir como referência para evitar defasagens no orçamento estimativo.

Em desconformidade com o que dispõem a legislação aplicável e a consolidada jurisprudência, o órgão licitante adotou referência manifestamente obsoleta para a formação dos preços estimados da licitação, conforme consulta ao Estudo Técnico Preliminar, do qual se extrai a seguinte informação:

5.3 O valor apresentado anteriormente foi estimado conforme tabela referência do Custo do Serviço de Conservação e Limpeza Predial e Demais Serviços de Apoio Terceirizado (COM MATERIAL) publicado pelo Governo do Estado do Espírito Santo por meio da Portaria Nº 010-R, 07 de março de 2025, com validade de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Ora, verifica-se que o órgão licitante se valeu de tabela manifestamente defasada, circunstância que macula a regularidade do certame, porquanto compromete a exequibilidade das propostas, restringe a ampla competitividade e inviabiliza a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

IV.2 – Inexequibilidade de propostas e risco à competitividade

Valores de referência defasados obrigam os licitantes a ofertarem preços incompatíveis com os custos atuais, gerando risco elevado de inexecutabilidade de propostas ou de aceitação de propostas que violem o princípio constitucional da competitividade e arriscam a execução exitosa do contrato.

Além disso, ao desprezar a atualização obrigatória pela CCT vigente, o edital induz a situação em que apenas licitantes com menor custo operacional superficial possam concorrer, o que distorce a competitividade e favorece propostas viciadas.

IV.3 – Da Repactuação Como Mecanismo Ineficaz e do Desequilíbrio Contratual Originário

O art. 92, §6º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe, de forma clara e vinculante, que a repactuação dos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra deverá observar rito próprio, análise objetiva da variação dos custos e prazo legal máximo de 1 (um) mês para manifestação da Administração, contado da formalização do pedido devidamente instruído, mediante a apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do instrumento coletivo que lhe sirva de fundamento, justamente para assegurar a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ocorre que, na prática administrativa reiterada e amplamente conhecida no mercado, tal comando legal não é observado. Pela experiência concreta e consolidada desta Impugnante em inúmeros certames e contratos administrativos, verifica-se que os órgãos públicos, de modo sistemático, descumprem o prazo legalmente previsto para a análise e concessão da repactuação, impondo ao contratado longos períodos (que incluem anos) de defasagem financeira, incompatíveis com a natureza alimentar dos custos de mão de obra.

Não bastasse o descumprimento do prazo legal, a Administração comumente:

- condiciona a repactuação à apresentação de exigências documentais excessivas e desprovidas de respaldo técnico ou legal;
- protela indevidamente a análise dos pedidos, esvaziando a eficácia do instituto;
- transfere ao contratado, de forma ilegítima, o ônus de suportar, ainda que temporariamente, os efeitos da subestimação do orçamento realizada pela própria Administração na fase de planejamento.

Tal prática reiterada evidencia que a simples previsão abstrata de repactuação no edital ou no contrato **não possui aptidão para recompor o equilíbrio econômico-financeiro violado desde a**

origem, servindo, na realidade, como mecanismo meramente formal para legitimar orçamentos defasados.

Nesse contexto, admitir a publicação de edital com valores de referência desatualizados, sob o argumento de que eventual desequilíbrio poderá ser corrigido futuramente por meio de repactuação, significa **institucionalizar o início do contrato em estado de desequilíbrio econômico-financeiro**, em flagrante afronta aos princípios do planejamento, da eficiência, da legalidade e da segurança jurídica, além de contrariar a própria finalidade do art. 92, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

A elaboração do certame com valor de referência já desatualizado, em razão da utilização de Tabela referencial superada, transfere indevidamente para o futuro contratado o ônus financeiro decorrente de custos obrigatórios já conhecidos pela Administração.

O Tribunal de Contas da União já manifestou entendimento no sentido de que a repactuação não deve ser utilizada como mecanismo corretivo de falhas de planejamento, especialmente quando a Administração tinha condições de prever os custos desde a fase interna da licitação.

Nesse sentido:

Acórdão nº 2.037/2017 – Plenário (TCU)

“A repactuação não pode servir para corrigir impropriedades do orçamento estimado, devendo a Administração elaborar a planilha de custos com base em dados atuais e fidedignos.”

Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário (TCU)

“A utilização de convenção coletiva vencida no orçamento estimado compromete o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e a adequada execução dos serviços.”

Tal cenário viola os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da continuidade do serviço público, expressamente protegidos pela Lei nº 14.133/2021.

Assim, a realização do certame com base em instrumento desatualizado, somada à demora natural na concessão de eventual repactuação, pode gerar consequências incalculáveis à prestação dos serviços, com prejuízos tanto ao contratado quanto à Administração e, sobretudo, ao interesse público.

Portanto, a Administração **não pode se valer da repactuação como justificativa para a adoção de preços sabidamente inexequíveis**, sendo-lhe imposto o dever jurídico de promover a **adequada e**

atualizada estimativa de custos ainda na fase interna do certame, sob pena de considerável risco à execução contratual e à validade do procedimento licitatório.

IV.4 – Da Ausência do Adicional de Insalubridade Para a Função de Encarregado da Área da Saúde

A ausência de previsão do pagamento de adicional de insalubridade ao cargo de Encarregado da área da saúde revela manifesta afronta à legislação trabalhista vigente e à norma coletiva aplicável à categoria, notadamente à Cláusula 10ª, §2º, da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor.

Nos termos do art. 7º, XXIII, da Constituição Federal, é assegurado aos trabalhadores o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Em âmbito infraconstitucional, os arts. 189 a 192 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelecem que o exercício de atividades em condições insalubres, acima dos limites de tolerância fixados pelo Ministério do Trabalho, assegura ao empregado a percepção de adicional incidente sobre a base legalmente prevista.

A caracterização e a classificação das atividades insalubres encontram-se disciplinadas na Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece a obrigatoriedade de pagamento do respectivo adicional sempre que constatada a exposição habitual e permanente a agentes nocivos à saúde.

No caso em apreço, verifica-se, a partir da leitura do instrumento convocatório — no qual se descrevem as funções e atribuições do cargo de Encarregado — que as atividades ali delineadas evidenciam a rotina de atuação em ambiente potencialmente insalubre, com exposição contínua a agentes prejudiciais.

No âmbito da área da saúde, é notório que atividades exercidas em ambientes hospitalares, ambulatoriais ou congêneres, com contato direto ou indireto com pacientes, materiais infecto contagiantes ou agentes biológicos, enquadram-se, em regra, como insalubres, nos termos do Anexo 14 da referida norma regulamentadora.

Além disso, a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, em sua Cláusula 10ª, §2º, expressamente assegura o pagamento do adicional de insalubridade aos trabalhadores que exerçam atividades em condições insalubres, sem excluir o cargo de Encarregado quando este desempenha suas funções em ambiente igualmente sujeito à exposição a agentes nocivos.

A omissão editalícia quanto à previsão desse adicional implica subdimensionamento dos custos da contratação, afrontando o princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, bem

como o disposto na Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de elaborar orçamento estimativo compatível com os encargos trabalhistas efetivamente incidentes sobre a execução contratual.

Com efeito, a fixação de planilha de custos que desconsidere obrigação trabalhista expressamente prevista em norma coletiva e na legislação vigente conduz à formação de preço inexequível e compromete o equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em violação ao art. 37, caput, da Constituição Federal, e aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a manutenção do edital nos moldes atuais, sem a inclusão do adicional de insalubridade para o cargo de Encarregado da área da saúde, configura irregularidade jurídica que deve ser sanada, mediante a retificação da planilha de custos e do valor estimado da contratação, a fim de adequá-los à legislação trabalhista e à Convenção Coletiva aplicável, sob pena de nulidade do certame.

V – DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

Diante do exposto, é indispensável que a Administração:

- a) **Retifique o edital**, atualizando os valores de referência dos custos com mão de obra, considerando integralmente a nova tabela referencial da SEGER e a Convenção Coletiva de Trabalho atualmente em vigor, inclusive os reajustes salariais e seus reflexos nos encargos obrigatórios, **bem como incluindo expressamente o adicional de insalubridade devido aos Encarregados da área hospitalar**, nos termos da Cláusula 10ª, §2º, da CCT da categoria e da legislação trabalhista aplicável;
- b) Proceda à consequente revisão da planilha estimativa de custos e do valor global da contratação, de modo a refletir fielmente os encargos trabalhistas efetivamente incidentes sobre a execução contratual;
- c) Reabra os prazos de habilitação e apresentação de propostas, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação, sob pena de perpetuar desigualdade de condições entre os licitantes;
- d) Inclua planilha detalhada com a composição de custos por rubricas, assegurando transparência, precisão técnica e segurança jurídica ao certame.

VI – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

1. O conhecimento e o provimento da presente impugnação, por preencher todos os requisitos de admissibilidade;
2. A **retificação integral do edital**, com a devida atualização dos valores de referência para composição dos preços, especialmente no que se refere aos custos de mão de obra, mediante a adoção da tabela atualizada de preços referenciais da SEGER e da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria atualmente vigente e/ou a realização de pesquisa de preços que reflita a realidade contemporânea dos encargos trabalhistas;
3. A **inclusão expressa, na planilha de custos, no Termo de Referência e na minuta contratual, do adicional de insalubridade devido à função de Encarregado**, quando lotado na área hospitalar ou em ambiente insalubre, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, a legislação trabalhista aplicável e as normas regulamentadoras pertinentes, com a correspondente adequação do valor estimado da contratação;
4. A reabertura dos prazos do certame, após as devidas adequações, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa;
5. Subsidiariamente, na remota hipótese de não acolhimento da presente impugnação, que a decisão administrativa seja devidamente motivada, com fundamentação técnica e jurídica robusta, em estrita observância aos princípios da legalidade, motivação e transparência que regem a Administração Pública;
6. Que a resposta a esta impugnação seja enviada para o endereço eletrônico: licitacao@speedserv-es.com

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Vila Velha/ES, 24 de Março de 2026.

HONORIO SABINO PEREIRA
JUNIOR:89662865772

Assinado de forma digital por HONORIO
SABINO PEREIRA JUNIOR:89662865772
Dados: 2026.03.24 17:27:24 -03'00'

SPEED SERV – Comércio, Prestação de Serviços e Limpeza Ltda
Honório Sabino Pereira Júnior
CPF nº 896.628.657-72
Sócio Diretor

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

HONÓRIO SABINO PEREIRA JUNIOR, brasileiro, nascido em 04 de fevereiro de 1968, solteiro, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 761.221 expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF-MF sob nº 896.628.657-72, residente e domiciliado na Avenida Estudante José Júlio de Souza, nº 332, Apto 103, Ed. Guarujá, Praia de Itaparica, Vila Velha, Estado do Espírito Santo, Brasil, CEP 29.102-010, único sócio da sociedade empresarial denominada **SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**, com sede na Avenida Luiz Manoel Vellozo, nº 79, Pavimento 1, Praia de Itaparica, Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.102-207, Brasil, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 32.6.0000343-1 em 23 de agosto de 1990 e inscrita no na Receita Federal do Brasil sob nº 36.006.690/0001-33, resolve assim alterar o seu contrato social primitivo e suas alterações nos artigos seguintes:

Artigo Primeiro – O sócio quotista resolve elevar o capital social da sociedade que é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) dividido em 7.000.000 (sete milhões) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, passando a ser de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) dividido em 10.000.000 (dez milhões) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, subscrevendo da seguinte forma:

- **Parágrafo Único:** O sócio quotista o Sr. **HONÓRIO SABINO PEREIRA JUNIOR**, já qualificado acima, subscreve neste ato R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), distribuídos em 3.000.000 (três milhões) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda correte do país.

Artigo Segundo – Após as alterações no quadro societário e as subscrições realizadas pelos sócios quotistas, o capital social da sociedade totalmente subscrito e integralizado fica distribuído da seguinte forma para o sócio:

Sócios Quotistas	Quantidade de Quotas	Percentual	Valor Monetário
HONÓRIO SABINO PEREIRA JUNIOR	10.000.000	100%	R\$ 10.000.000,00
Total	10.000.000	100%	R\$ 10.000.000,00

Artigo Terceiro – As demais cláusulas e artigos não mencionados e que não colidirem com as alteradas, permanecem em pleno vigor.

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1****CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL****CAPÍTULO I****DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo Primeiro – A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com o nome empresarial de **SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA** será regida por este contrato social, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a Regência Supletiva da Lei nº 6.604/76, conforme faculta o § 1º do art. 1.053 da Lei nº 10.404/76.

Artigo Segundo – A sociedade tem por objeto social:

- Locação, Terceirização de Mão de Obra e de Pessoal Temporária – **78.20-5/00**.
- Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas – **77.31-4/00**.
- Aluguel de máquinas e equipamentos em geral com ou sem operador – **77.39-0/99**.
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção – **77.32-2/01**.
- Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores – **43.30-4/05**.
- Atividades de limpeza – **81.29-0/00**.
- Atividades de vigilância e segurança privada – **80.11-1/01**.
- Atividades paisagísticas – **81.30-3/00**.
- Carga e descarga com locação de mão de obra – **52.12-5/00**.
- Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos – **45.30-7/03**.
- Comércio a varejo de pneumáticos e câmara de ar – **45.30-7/05**.
- Comércio varejista de artigos de higiene pessoal – **47.72-5/00**.
- Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos – **47.73-3/00**.
- Comércio varejista de ferragens e ferramentas – **47.44-0/01**.
- Comércio varejista de máquinas e equipamento de informática – **47.51-2/01**.
- Comércio varejista de máquinas e equipamentos de escritório – **47.89-0/07**.
- Comércio varejista de material de construção em geral – **47.44-0/99**.
- Comércio varejista de móveis – **47.54-7/01**.
- Comércio varejista de plantas, flores e sementes – **47.89-0/02**.
- Construção de barragens e represas – **42.21-9/01**.
- Construção de redes de abastecimento de água e esgoto – **42.22-7/01**.
- Construção e manutenção de redes de telecomunicação – **42.21-9/04**.
- Construções de edifícios – **41.20-4/00**.

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

- Construções e instalações esportivas e recreativas – **42.99-5/01**.
- Demolição de edifícios e outras estruturas – **43.11-8/01**.
- Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias – **25.42-0/00**.
- Fabricação de esquadria de metal – **25.12-8/00**.
- Fabricação de móveis com predominância de madeira – **31.01-2/00**.
- Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção – **16.22-6/99**.
- Imunização e controle de pragas urbanas – **81.22-2/00**.
- Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários em geral – **43.30-4/02**.
- Instalação de sistema de prevenção contra incêndio – **43.22-3/03**.
- Instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado – **43.22-3/02**.
- Instalação e manutenção elétrica – **43.21-5/00**.
- Instalações de painéis publicitários – **43.29-1/01**.
- Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás – **43.22-3/01**.
- Limpeza em prédios e em condomínios – **81.21-4/00**.
- Montagem de estruturas metálicas – **42.92-8/01**.
- Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas – **43.99-1/02**.
- Obras de acabamento em gesso estuque – **43.30-4/03**.
- Obras de alvenaria – **43.99-1/03**.
- Obras de montagem industrial – **42.92-8/02**.
- Obras de terraplenagem – **43.13-4/00**.
- Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas – **42.13-8/00**.
- Obras portuárias, marítimas e fluviais – **42.91-0/00**.
- Outras Atividades de Serviços Pessoais não especificados anteriormente – **96.09-2/99**.
- Perfuração e construção de poços de água – **43.99-1/05**.
- Perfurações e sondagens – **43.12-6/00**.
- Pintura e sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos – **42.11-1/02**.
- Preparação de canteiros e limpeza de terreno – **43.11-8/02**.
- Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo – **82.19-9/99**.
- Reparação de artigos do mobiliário – **95.29-1/05**.
- Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos – **95.21-5/00**.
- Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais – **95.29-1/99**.
- Serviços combinados de apoio à edifícios – **81.11-7/00**.
- Serviços de borracharia para veículos automotores – **45.20-0/06**.

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

- Serviços de Coleta, Distribuição e Entrega de Correspondência e Volumes não realizados pelo correio nacional, por motoboy ou outros veículos – **53.20-2/01.**
- Serviços de Entrega Rápida e Coleta de Encomendas – **53.20-2/02.**
- Serviços de lanternagem e pintura em veículos automotores – **45.20-0/02.**
- Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos – **45.20-0/05.**
- Serviços de manutenção e reparação elétrica em veículos – **45.20-0/03.**
- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos – **45.20-0/01.**
- Serviços de montagem de móveis de qualquer material – **33.29-5/01.**
- Serviços de operação e fornecimento de maquinas para elevação – **43.99-1/04.**
- Serviços de pintura de edificios em geral – **43.30-4/04.**
- Serviços de preparação de terrenos – **43.19-3/00.**
- Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração – **43.29-1/05.**

Artigo Terceiro – A sociedade tem sede na Avenida Luiz Manoel Vellozo, nº 79, Pavimento 1, Praia de Itaparica, Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.102-207, Brasil.

Artigo Quarto – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria de votos, contados segundo o valor das cotas de cada sócio mediante alteração contratual.

Artigo Quinto – O prazo de duração da empresa é por tempo indeterminado tendo iniciado suas atividades em 23 de agosto de 1990.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Artigo Sexto – O capital social da sociedade é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), distribuídos em 10.000.000 (dez milhões de quotas) no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado, distribuído para o sócio como se segue:

Sócios Quotistas	Quantidade de Quotas	Percentual	Valor Monetário
HONÓRIO SABINO PEREIRA JUNIOR	10.000.000	100%	R\$ 10.000.000,00
Total	10.000.000	100%	R\$ 10.000.000,00

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

Artigo Sétimo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

Artigo Oitavo – As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo autorização escrita de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

CAPÍTULO III

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Artigo Nono – O sócio que desejar ceder e transferir, total ou parcialmente, as suas quotas representativas do capital social, deverá comunicar por escrito tal vontade à sociedade.

Artigo Décimo – Terá preferência na aquisição das quotas sociais, pela ordem:

1. A sociedade em primeiro;
 2. Os sócios da sociedade em seguida, proporcionalmente à participação de cada um;
 3. Os terceiros, quando nem a sociedade e nem os demais sócios se manifestarem, desde que com a concordância dos sócios remanescentes;
- **Parágrafo Primeiro:** Em todos os casos, a transferência será admitida a preço de mercado, na data da proposição expressa, e paga em parcela única na data do aceite do negócio.
 - **Parágrafo Segundo:** O sócio cedente poderá estabelecer condições e prazos mais favoráveis ao adquirente, diferentes daquelas referidas ao parágrafo primeiro deste artigo.
 - **Parágrafo Terceiro:** A sociedade terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer por escrito, o direito de preferência pela aquisição de quotas. Findo este e não ocorrendo o pronunciamento da sociedade, os sócios remanescentes deverão se manifestar a respeito da consulta, no prazo de 30 (trinta) dias, subsequente daquele concedido à sociedade. Finalmente, não ocorrendo à manifestação de vontade pela aquisição por qualquer um dos sócios, poderão elas ser oferecidas a terceiros, desde que o interessado tenha a capacidade legalmente exigida para tanto e, ainda, se não for impedido por decisão judicial.
- I. O pretendente à condição de sócio, legalmente habilitado para tanto, terá seu ingresso aprovado na sociedade, se não houver oposição de quotistas que representem mais de 90% (noventa por cento) do capital social;

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

- II.** É livre a cessão e transferência parcial ou total de cotas por doação pura e simples ou, por incapacidade legal definitiva de sócio, para o seu cônjuge, descendentes ou colaterais de primeiro grau, bem como por herança de sócio falecido ressalvado a hipótese de impedimento legal;

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo Décimo Primeiro – A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio administrador o Sr. **HONÓRIO SABINO PEREIRA JUNIOR**.

- **Parágrafo Primeiro:** Poderá nomear procuradores especificando no instrumento do mandato os respectivos poderes e o prazo de duração, os quais, agindo dentro de seus poderes e atribuições poderão representar a sociedade.
- **Parágrafo Segundo:** A prática de quaisquer atos de gestão financeira, no interesse social, tais como: Abertura de contas bancárias, movimentação de contas, assinatura de cheques, requisições de talões de cheques e endosso de cheques, Assinatura de contratos de compra e venda de ativos e passivos, Assinar contratos de compra de insumos, Assinar contratos de prestação de serviços, Contratação de pessoal, Demissão de pessoal, Prática de demais atos administrativos relativos à área de recursos humanos.
- **Parágrafo Terceiro:** A outorga de procuração, em nome da sociedade, somente poderá ser feita pelos administradores para fins judiciais, especificando os atos a serem praticados e o prazo determinado.

Artigo Décimo Segundo – À administração da sociedade é atribuído todo o poder necessário à realização do objeto da sociedade. Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativa, e externamente, são atribuídos os poderes de representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste instrumento.

Artigo Décimo Terceiro – O administrador responde solidariamente, perante os sócios e terceiros, pelas dívidas e obrigações contraídas em razão de negócios realizados e obrigações contraídas de modo inteligente, com imprudência ou imperícia, caracterizada de atos ilícitos e/ou culposos.

- **Parágrafo Único:** É vedado aos sócios contrair em nome da sociedade, individual ou conjuntamente, obrigações estranhas ao objeto da sociedade, tais como fianças, avais e outras

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

responsabilidades, ficando o quotista infrator da presente proibição pessoalmente responsável pela obrigação assumida.

Artigo Décimo Quarto – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, do exercício da administração de sociedade empresarial, e que não se acham condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a Economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme artigo 1.001 § 1º da lei nº 10.406/2002.

Artigo Décimo Quinto – Os sócios ficarão isentos de pagar caução e receberão um “pró-labore” mensal ou distribuição trimestralmente, a ser determinado pelos quotistas, tal remuneração serão registradas na conta de despesas gerais da sociedade, ou distribuição de lucros acumulados, observadas as disposições legais vigentes, podendo ter os seus valores reajustados anualmente mediante reunião dos sócios.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Artigo Décimo Sexto – O exercício iniciar-se-á em 01 de janeiro de cada ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano civil, quando então serão levantadas as demonstrações contábeis ou financeiras obrigatórias para a espécie de sociedade, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do resultado, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados e o que mais for eventualmente exigido no futuro através de diploma legal.

- **Parágrafo Primeiro:** A sociedade poderá levantar demonstrações contábeis intermediárias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, retirada de sócios ou, ainda, para quaisquer atos julgados necessários pelos sócios que representam a totalidade do capital social.
- **Parágrafo Segundo:** Antes do término do exercício social, poderão ser levantados Balanços ou Balancetes intermediários para a apuração de resultados, e os lucros e/ou prejuízos por ventura apurados poderão ser distribuídos por conta de resultado do exercício que será encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo Décimo Sétimo – Os lucros ou prejuízos apurados ao término do exercício social, depois de efetuadas as deduções previstas em lei, terá a destinação que for deliberada pelos sócios que detiverem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, em reunião que para tal finalidade devem realizar, podendo ser:

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA

CNPJ: 36.006.690/0001-33

NIRE: 32.6.0000343-1

- I.** Mantido em reservas de lucros;
 - II.** Distribuído entre os sócios;
 - III.** Capitalizado proporcionalmente à participação de cada sócio no capital social;
 - IV.** Utilizado para amortizar prejuízos contábeis; ou ainda;
 - V.** Doação para Instituições e Fundações;
 - VI.** Utilizado para finalidades que as legislações societárias e tributárias permitirem, exigirem, ou vierem a exigir;
- **Parágrafo Único:** Por decisão dos sócios que detiverem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, ressalvado o direito dos minoritários, os lucros e os prejuízos poderão ser distribuídos em percentual diferenciado em relação à participação no capital social, devendo os recibos de quitação dos valores distribuídos terem a anuência daqueles que receberam em menor proporção.

CAPÍTULO VI

DISSOLUÇÃO E CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

Artigo Décimo Oitavo – Ocorrerá à dissolução da sociedade nas hipóteses previstas em lei, ou quando assim deliberarem os sócios procedendo-se, nesta ocasião, sua liquidação, e uma vez quitado todo o passivo, o ativo restante será partilhado entre os sócios, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Artigo Décimo Nono – A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou falência, insolvência ou morte de qualquer dos sócios, promovendo-se a sua substituição pelos herdeiros ou sucessores reconhecidos.

- **Parágrafo Único:** Na hipótese em que um dos herdeiros ou sócio falecido, declarando incapaz ou falido, não puder ou não quiser ingressar na sociedade, os seus haveres serão apurados e pagos de acordo com as normas estabelecidas no artigo oitavo e seus parágrafos, bastando para tanto que os herdeiros ou sucessores apresentem à sociedade a competente autorização judicial.

CAPÍTULO VII

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Artigo Vigésimo – As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, sem a necessidade de editais de convocação, publicação, registro ou arquivamento de atas.

SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA**CNPJ: 36.006.690/0001-33****NIRE: 32.6.0000343-1**

Artigo Vigésimo Primeiro – As deliberações tomadas em conformidade com a lei e o presente contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Artigo Vigésimo Segundo – A reunião dos sócios poderá, também, ser realizada a qualquer tempo, extraordinariamente, se assuntos urgentes necessitarem de deliberação social, ou ainda, em casos que impliquem:

- I.** Na modificação do contrato social;
- II.** Na transformação da natureza jurídica, ou mesmo, fusão, cisão ou incorporação da sociedade, ou na cessação do estado de liquidação;
- III.** Na designação de administradores e liquidantes e o julgamento de suas contas;
- IV.** No período de recuperação judicial ou extrajudicial;

Artigo Vigésimo Terceiro – Quaisquer deliberações que impliquem na alteração do presente instrumento de contrato, bem como na transformação da natureza jurídica, ou mesmo, fusão, cisão ou incorporação, só poderão ser tomadas quando houver a concordância dos sócios que representam no mínimo 80% (oitenta por cento) do capital integralizado.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo Vigésimo Quarto – Para dirimir eventuais dúvidas ou omissões deste instrumento de contrato, fica eleito o foro da cidade de Vila Velha, com a exclusão de qualquer outro, seja qual for ou vier a ser o futuro domicílio dos sócios.

E, por estar assim justo e contratado, lavra este instrumento.

Vila Velha, Estado do Espírito Santo, Brasil, 21 de dezembro de 2025.

Honório Sabino Pereira Júnior



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
89662865772	HONORIO SABINO PEREIRA JUNIOR



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/01/2026 16:45 SOB Nº 20252085558.
PROTOCOLO: 252085558 DE 22/12/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12601085212. CNPJ DA SEDE: 36006690000133.
NIRE: 32600003431. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 21/12/2025.
SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.006.690/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/08/1990
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção 25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal 25.42-0-00 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias 31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira 33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 42.92-8-02 - Obras de montagem industrial 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV LUIZ MANOEL VELLOZO	NÚMERO 79	COMPLEMENTO PAVMT01
---	---------------------	-------------------------------

CEP 29.102-207	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DE ITAPARICA	MUNICÍPIO VILA VELHA	UF ES
--------------------------	--	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO REGISTRO@PRECISAOCONTABIL-ES.COM.BR	TELEFONE (27) 3219-4205
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.006.690/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/08/1990
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.29-1-01 - Instalação de painéis publicitários 43.29-1-05 - Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV LUIZ MANOEL VELLOZO	NÚMERO 79	COMPLEMENTO PAVMT01
---	---------------------	-------------------------------

CEP 29.102-207	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DE ITAPARICA	MUNICÍPIO VILA VELHA	UF ES
--------------------------	--	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO REGISTRO@PRECISAOCNTABIL-ES.COM.BR	TELEFONE (27) 3219-4205
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/01/2026** às **22:29:36** (data e hora de Brasília).

Página: **2/4**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.006.690/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/08/1990
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 52.12-5-00 - Carga e descarga 53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional 53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV LUIZ MANOEL VELLOZO	NÚMERO 79	COMPLEMENTO PAVMT01
---	---------------------	-------------------------------

CEP 29.102-207	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DE ITAPARICA	MUNICÍPIO VILA VELHA	UF ES
--------------------------	--	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO REGISTRO@PRECISAOCONTABIL-ES.COM.BR	TELEFONE (27) 3219-4205
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/01/2026** às **22:29:36** (data e hora de Brasília).

Página: **3/4**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.006.690/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/08/1990
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL SPEED SERV - COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LIMPEZA LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico 95.29-1-05 - Reparação de artigos do mobiliário 95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV LUIZ MANOEL VELLOZO	NÚMERO 79	COMPLEMENTO PAVMT01
---	---------------------	-------------------------------

CEP 29.102-207	BAIRRO/DISTRITO PRAIA DE ITAPARICA	MUNICÍPIO VILA VELHA	UF ES
--------------------------	--	--------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO REGISTRO@PRECISAOCONTABIL-ES.COM.BR	TELEFONE (27) 3219-4205
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/01/2026** às **22:29:36** (data e hora de Brasília).

Página: **4/4**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2572757294

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
HONORIO SABINO PEREIRA JUNIOR

1ª HABILITAÇÃO
14/07/1993



7 ASSINATURA DO PORTADOR

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
04/02/1968, CENTRAL DE MINAS, MG

4a DATA EMISSÃO
13/03/2023

4b VALIDADE
12/03/2026

ACC
D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
761221 SSP ES

4d CPF
896.628.657-72

5 Nº REGISTRO
02957815468

9 CAT HAB
D

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOAO ELIAS DO NASCIMENTO
ZELI MARIA DO NASCIMENTO

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

2572757294

9	10	11	12
ACC 			
A 			
A1 			
B 		12/03/2026	
B1 			
C 		12/03/2026	
C1 			

12 OBSERVAÇÕES
EAR

LOCAL
VITORIA, ES

9 10 | 11 | 12 || D | | 12/03/2026 | |
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
15005861611
ES369995651

ESPÍRITO SANTO

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000026/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/01/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002438/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.208509/2026-52
DATA DO PROTOCOLO: 26/01/2026

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 47997.212908/2025-19
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10/02/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS NO ESTADO DO ES, CNPJ n. 31.800.865/0001-66, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NACIB HADDAD NETO;

E

SIND TRAB EMPRESAS ASSEIO CONS LIMP PUB E SERV SIMIL ES, CNPJ n. 32.479.073/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EVANI DOS SANTOS REIS;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores em empresas de asseio e conservação**, com abrangência territorial em **ES**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - ATIVIDADES**

O presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 aplica-se à categoria de trabalhadores e empresas que prestam serviços em atividades de asseio, conservação, limpeza pública e demais atividades correlatas, estabelecendo as condições a serem observadas por todas as empresas que atuam nas funções descritas nas tabelas anexas. Ficam, assim, pactuados os seguintes pisos salariais.

Parágrafo 1º - Os salários serão reajustados no percentual de 8,29% (oito virgula vinte e nove por cento), levando-se em conta o salário recebido em 31/12/2025, passando a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2026, exclusivamente para a função de Encarregado, a partir de 01 de janeiro de 2026, além do reajuste concedido será acrescido ao piso a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), passando então a ser o valor do novo piso, não fazendo jus a nenhum acréscimo quem passar a receber acima do novo piso.

Parágrafo 2º - Exclusivamente para os profissionais que realizam o transporte de combustível, para abastecimento de motos aquáticas e outras embarcações, será devido o pagamento do adicional de periculosidade.

Parágrafo 3º - Havendo diferença, a ser paga a partir de 01 de janeiro de 2026, referente aos reajustes concedidos na presente CCT, as empresas obrigatoriamente deverão quitar as diferenças até a competência 02/2026.

Parágrafo 4º - As funções acima descritas estão inseridas nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 anexas a esta CCT, passando o piso salarial a partir de 01 de janeiro de 2026 para: I – Área Geral - R\$ 1.682,69 (Mil Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Nove Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; II – Área Industrial - R\$ 1.862,58 (Mil Oitocentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; III – Tabela III - R\$ 2.054,75 (Dois Mil Cinquenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; IV – Tabela IV – R\$ 1.682,69 (Mil Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Nove Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; V – Tabela V - R\$ 3.056,07 (Três Mil e Cinquenta e Seis Reais e Sete Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; VI – Tabela VI - R\$ 2.401,18 (Dois Mil Quatrocentos e Um Reais e Dezoito Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; VII – Tabela VII – R\$ 1.682,69 (Mil Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Nove Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; VIII – Tabela VIII - R\$ 2.662,03 (Dois Mil Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Dois Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; IX – Tabela IX - R\$ 1.866,67 (Mil Oitocentos e Sessenta e Sete Centavos), com carga horária mensal de 220 horas; X – Área Industrias Exclusivas - R\$ 1.972,92 (Mil Noventa e Dois Reais e Noventa e Dois Centavos), com carga horária mensal de 220 horas;

Parágrafo 5º - As empresas abrangidas por este instrumento coletivo passarão a pagar a seus empregados, no mínimo, os pisos salariais por função estabelecidos nas tabelas de salário/mês respeitadas as áreas de atuação discriminadas.

Parágrafo 6º - Os pagamentos dos salários serão efetuados através de depósito em conta bancária, que deverá ser aberta pelo empregador e sem ônus para os empregados. O pagamento será disponibilizado antes do encerramento do horário de expediente bancário, até o 5º (quinto) dia útil bancário do mês subsequente. O pagamento dos salários por meio de cheques ou ordem de pagamento a vista somente poderá ser efetuado: 1º) Em caso de exercício da atividade laboral em localidades fora do âmbito da Grande Vitória que não disponha de agência bancária; 2º) Para recém empregados com até 30 (trinta) dias de admissão no contrato de trabalho. Nestes casos, o pagamento será efetuado de forma a garantir a liberação dos valores no prazo aqui pactuado, sendo de responsabilidade do empregador os atrasos decorrentes da inobservância dos prazos que garantam a liberação dos salários no prazo legal mediante recibo de pagamento, devidamente assinado pelo empregado.

Parágrafo 7º - As empresas que realizarem o pagamento dos salários fora do prazo estabelecido nesta cláusula estarão sujeitas à penalidade de multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por trabalhador que tenha recebido o salário com atraso, para cada mês em que houver atraso, independentemente da quantidade de dias de atraso. O valor da multa será integralmente revertido em favor do trabalhador prejudicado. Trata-se de uma norma de eficácia plena, cuja aplicação independe de quaisquer requisitos previstos nas cláusulas 54ª e 55ª da CCT. Em outras palavras, não é necessário a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

Parágrafo 8º - A multa prevista no parágrafo 7º não será aplicada nos casos de paralisação bancária ou das instituições responsáveis pelos demais créditos, que impeça a operação financeira de efetivação do pagamento, bem como em caso de suspensão do fornecimento de energia, desde que comprovado o fato no prazo de 24hs do evento, através de documento protocolado junto ao SINDILIMPE.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÕES DAS FUNÇÕES DIFERENCIADAS E JORNADA TRAB. PARCIAL E INTERMITEN

As empresas poderão firmar contrato de trabalho de jornada parcial, efetuando o pagamento da proporcionalidade de horas trabalhadas, incluído o repouso remunerado. Quando o mês for de 31 dias é obrigatório o pagamento das horas trabalhadas no 31º dia, exclusivamente para a contratação como horista.

Parágrafo 1º - Fica vedada a prática de salários inferiores aos pisos das tabelas salariais anexas a esta Convenção para empregados contratados para trabalharem em jornadas de 36 (trinta e seis) horas semanais em contratos de prestação de serviços celebrados por empresas abrangidas pelo presente Aditivo à CCT 2025/2026.

Parágrafo 2º - TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO NO TRINTÍDIO.

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 01 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviços (empresa contratante de prestação de serviço) naquele período, devendo o requerimento ser devidamente comprovado junto ao SINDILIMPE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento. Reajustes/Correções Salariais

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA SEXTA - NEGOCIAÇÕES.

Parágrafo 1º - Quando ocorrer fato, ou fatos, relevantes de interesse coletivos ligados ao relacionamento no trabalho que comprometam as condições do presente Aditivo à convenção 2025/2026 e/ou impliquem em mudanças nas relações de trabalho, as partes, através de seus representantes legais, procurarão, mediante solicitação por correspondência protocolada, manter entendimento com o objetivo de dar solução ao problema, ou problemas.

Parágrafo 2º - As relações de emprego, no segmento do Asseio, Conservação, Empresa Terceirizadas e Similares serão normatizadas, além da legislação vigente, pelos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho, passando a vigor até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SÉTIMA - BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO.

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 06 (Seis) meses, limitado a jornada semanal do Empregado.

Parágrafo 1º - A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência semestral do banco de horas de que trata este artigo.

Parágrafo 2º – Nos casos de extensão de feriado, as horas não laboradas poderão ser compensadas, mediante acordo prévio entre Empregador e Empregado, podendo ocorrer antes ou após a data a ser compensada.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.

As horas extras serão remuneradas com os seguintes acréscimos: As 02 (duas) horas, previstas no artigo 59 da CLT, com acréscimo de 60% (sessenta por cento) e, no caso de domingos e feriados, com acréscimo de 100% (cem por cento) e para as tabelas II, III e X 120% (cento e vinte por cento), aplicados sobre o valor da hora normal. Por excepcionalidade dos serviços, após as duas primeiras horas, será pago 100% (cem por cento) e para as tabelas II, III e X - 120% (cento e vinte por cento).

Parágrafo 1º - As horas extraordinárias somente serão realizadas de comum acordo entre as partes e, em casos excepcionais, poderão ser exigidas em razão da absoluta necessidade da continuidade do trabalho por motivo de força maior e, neste caso, poderá a jornada de trabalho normal ser estendida até a substituição do empregado por outro, sendo as 02 (duas) primeiras horas excedentes remuneradas com o acréscimo do percentual de 60% (sessenta por cento) do dia útil, e as demais com 100% (cem por cento) e para as tabelas II, III e X - 120% (cento e vinte por cento).

Parágrafo 2º - Para efeito de cálculo das horas extraordinárias prestadas será levado em consideração o valor do salário do empregado dividido por 220 horas mensais. **Parágrafo 3º** - Fica assegurada a remuneração, como escala extra, no percentual de 100% para os empregados que laborarem na jornada 12x36, quando convocados para plantões extras em sua folga, verificada a concordância do empregado e respeitando o descanso interjornada de onze horas. Todo plantão extra será integralmente pago como hora extra com acréscimo de 100% qualquer que seja o dia da semana, com o pagamento de ticket alimentação e vale transporte, não desconfigurando a escala 12x36.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO.

Será considerado trabalho noturno aquele realizado entre às 22h00min (vinte e duas horas) de um dia às 05h00min (cinco horas) do dia seguinte, cuja remuneração será acrescida do percentual de 20% (vinte por cento), aplicado sobre a hora normal efetivamente trabalhada, de acordo com a legislação vigente, utilizando-se o divisor de 220 horas.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DA INSALUBRIDADE.

Fica convencionado que as empresas abrangidas por este Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 pagarão adicional de insalubridade, em grau máximo, ou seja, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente no País, proporcional à jornada laborada, para a função dos Auxiliares de Serviços Gerais banheirista que realizam a limpeza de banheiros públicos de uso coletivo ou de grande circulação igual ou superior a 40 (quarenta) pessoas O pagamento do adicional aqui previsto será pago enquanto perdurar a eficácia da súmula 448 do TST.

Parágrafo 1º - A todos os trabalhadores que exercem as funções de: Auxiliar de Serviços Gerais de Limpeza Predial, Merendeira, Salva Vidas/ Guarda Vida, Guarda Vida Condutor de Embarcação e Motonauta, Cuidadora em Saúde Escolar, Operador de Motoserra e Operador de Roçadeira, Porteiro em Hospitais, Pronto Socorro, Unidades de Saúde e Pronto Atendimento, Recepcionista e Atendente em Hospitais, Pronto Socorro, Unidades de Saúde e Pronto Atendimento, fica convencionado que as empresas abrangidas por esta Convenção pagarão adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente no País. Entende-se por limpeza predial, a limpeza realizada em escolas, comércio, shopping Center, aeroportos, portos, rodoviárias, bancos e imóveis em geral, públicos e privados, tanto na área geral como na área industrial.

Parágrafo 2º -A todos os Trabalhadores que exercem as funções de: Auxiliar de Serviços Gerais Operador de Máquina Lavadora, Auxiliar de Serviços Gerais Operador de Máquina Dirigível, Auxiliar de Serviços Gerais Operador de Máquina Dirigível, Coletor de Lixo Industrial, Coletor de Resíduo Hospitalar, Coletor de Resíduo Industrial, Coveiro, Encarregado Hospitalar. fica convencionado que as empresas abrangidas por esta Convenção pagarão adicional de insalubridade de 40% (Quarenta Por Cento) sobre o salário mínimo vigente no País

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS DA ÁREA DE INDÚSTRIA

As empresas pagarão, a título de participação nos resultados econômicos da empresa, como gratificação, o valor correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do piso salarial da categoria previsto na Tabela II da presente CCT de R\$ 1.862,58 (Mil Oitocentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos) exclusivamente para as áreas industriais previstas na Tabela II, anualmente, aos empregados que possuírem mais de 1 (um) ano de empresa, no mês de seu aniversário.

Parágrafo Primeiro - Não fará jus a gratificação prevista no caput: a) O empregado que tiver mais de 03 (Três) faltas injustificadas no período aquisitivo; e b) O empregado que tiver se ausentado do trabalho por mais de 10 (dez) dias no período aquisitivo.

Parágrafo Segundo - EXCLUSIVAMENTE PARA ÁREAS DA VALE, VLI, FCA, ARCELORMITTAL (ANTIGA CST), SAMARCO, SIMEC (ANTIGA BELGO MINEIRA), VPORTS (ANTIGA CODESA), PORTOCEL, JURONG (SEATRIUM), PETROBRÁS, SEACREST, TRANSPETRO E DEMAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS, as empresas prestadoras de serviço nas áreas acima identificadas, pagarão, a título de participação nos resultados econômicos da empresa, como gratificação, o valor correspondente ao piso salarial da categoria previsto na Tabela X da presente CCT, no valor de R\$ 1.821,89 (Mil Oitocentos e vinte um Reais e oitenta e nove Centavos), anualmente, aos empregados que possuírem mais de 1 (um) ano de empresa, no mês de seu aniversário, ficando acordado que o seu fornecimento deve ser feito respeitando o que dispõe o parágrafo terceiro desta cláusula, tendo prevalência o acordado sobre o que dispõe a Lei 10.101/2000.

Parágrafo Terceiro - Não fará jus a gratificação prevista no parágrafo segundo: a) O empregado que tiver mais de 03 (Três) faltas injustificadas no período aquisitivo; e b) O empregado que tiver se ausentado injustificadamente do trabalho por mais de 10 (dez) dias.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TICKET ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO.

As empresas que prestam serviço terceirizado na área geral estão obrigadas a conceder o ticket alimentação/refeição (ou cartão-alimentação), em jornadas diárias a partir de 06 (seis) horas ou jornadas semanais de 44 (quarenta e quatro) horas, no valor de R\$ 23,87 (Vinte e Três Reais e Oitenta e Sete Centavos) por dia efetivamente trabalhado, estabelecendo o pagamento de 22 (vinte e dois) tickets/mês, respeitando-se os descontos previstos no §4º da presente cláusula. Em jornada de trabalho de 12X36 horas, o ticket alimentação/refeição (ou cartão-alimentação), será no valor de R\$ 28,41 (Vinte e Oito Reais e Quarenta e Um Centavos) por dia efetivamente trabalhado, estabelecendo o pagamento de 15.5 (quinze e meio) ticket/mês, respeitando-se os descontos previstos no parágrafo 4º da presente cláusula. Em se tratando de novas admissões, o fornecimento do ticket alimentação/refeição (ou cartão alimentação) se dará no prazo de 10 (dez) dias após a data de admissão.

Parágrafo 1º - Exclusivamente para jornadas diárias inferiores a 06 (Seis) horas, será concedido o benefício no valor no valor de R\$ 11,93 (Onze Reais e Noventa e Três Centavos) por dia efetivamente trabalhado, estabelecendo o pagamento de 22 (vinte e dois) tickets/mês, onde não será devido qualquer valor. respeitando-se os descontos previstos no parágrafo 4º da presente cláusula.

Parágrafo 2º - Faculta-se às empresas promoverem, proporcionalmente, o desconto em folha do percentual de 3,5% (três e meio por cento) sobre o valor do benefício concedido.

Parágrafo 3º - O benefício aqui instituído (ticket alimentação/refeição ou cartão-alimentação) deverá ser fornecido, por meio de cartão alimentação ou crédito em cartões fornecidos por empresas especializadas, antecipadamente até o 5º dia útil do mês.

Parágrafo 4º - O trabalhador terá descontado, no mês subsequente ao fornecimento do benefício, da seguinte forma: a) O valor do dia efetivamente trabalhado, de acordo com a escala, multiplicado pelos dias das ausências; b) Durante o período em que o empregado que estiver em gozo de férias; e c) Durante o período em que o empregado que estiver em gozo de benefício previdenciário.

Parágrafo 5º - O benefício aqui instituído não integrará a remuneração dos trabalhadores para nenhum tipo de finalidade, por não se tratar de parcela de natureza salarial, devendo o empregador estar inscrito no PAT.

Parágrafo 6º - Na área Geral, nos locais onde haja o fornecimento de alimentação, a empresa fica obrigada a fornecer o benefício pactuado no caput, ficando, nesses casos, facultado o fornecimento da alimentação, sendo autorizado o desconto máximo mensal de R\$ 2,00 (dois reais) a título de contrapartida do empregado em caso de fornecimento de refeição. O fornecimento de refeição estabelecido neste parágrafo não integrará a remuneração dos trabalhadores, por não se tratar de parcela de natureza salarial.

Parágrafo 7º - As empresas que efetuarem o pagamento do ticket alimentação/refeição fora do prazo estabelecido nesta cláusula serão penalizadas com multa mensal, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), por trabalhador que tenha recebido o ticket alimentação/refeição com atraso, para cada mês em que houver atraso, independentemente da quantidade de dias de atraso. O valor da multa será integralmente revertido em favor do trabalhador prejudicado Trata-se de norma de eficácia plena. A aplicação dessa penalidade independe dos requisitos previstos nas Cláusulas 54ª e 55ª da CCT. Em outras palavras, não é necessário a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

Parágrafo 8º - A multa prevista no parágrafo 7º não será aplicada nos casos de paralisação bancária ou das instituições responsáveis pelos demais créditos, que impeça a operação financeira de efetivação do pagamento, bem como em caso de suspensão do fornecimento de energia, desde que comprovado o fato no prazo de 24hs do evento, através de documento protocolado junto ao SINDILIMPE.

Parágrafo 9º - Exclusivamente para a função de Salva Vidas, Condutor de Embarcação e Motonauta, será devido ainda lanche no valor de R\$12,53 (Doze Reais e Cinquenta e Três Centavos), por dia efetivamente trabalhado, a ser inserido no cartão alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TICKET ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO (ÁREA INDUSTRIAL E DEMAIS EMPRESAS

LISTADAS ABA

As empresas que prestam serviço terceirizado na área industrial (anexo II) ficam obrigadas a conceder ticket alimentação/refeição (ou cartão alimentação), em jornadas diárias a partir de 6 (seis) horas ou jornadas semanais de 44 (quarenta e quatro) horas no valor de R\$ 33,43 (Trinta e Três Reais e Quarenta e Três Centavos) por dia efetivamente trabalhado, estabelecendo o pagamento de 22 (vinte dois) ticket/mês, respeitando-se os descontos previsto no parágrafo 4º da presente cláusula. Em jornada de trabalho de 12X36 horas, o ticket alimentação/refeição (ou cartão alimentação), será no valor de R\$ 40,68 (Quarenta Reais e Sessenta e Oito Centavos) por dia efetivamente trabalhado, estabelecendo o pagamento de 15,5 (quinze e meio) ticket/mês, respeitando-se os descontos previsto no parágrafo 4º da presente cláusula. Em se tratando de novas admissões, o fornecimento do ticket alimentação/refeição (ou cartão-alimentação) se dará no prazo de 10 (dez) dias após a data de admissão. Para jornadas diárias inferiores a 06 (Seis) horas, será concedido o benefício no valor de R\$ 14,71 (Catorze Reais e Setenta e Um Centavos) por dia efetivamente trabalhado, devendo ser utilizado a média de 22 (vinte e dois) dias por mês para cálculo do benefício, exceto nos casos de complementação de jornada semanais de 44 horas semanais, onde não será devido qualquer valor. O trabalhador terá descontado, no mês subsequente ao fornecimento do benefício, da seguinte forma: a) O valor do dia efetivamente trabalhado, de acordo com a escala, multiplicado pelos dias das ausências; b) Durante o período em que o empregado que estiver em gozo de férias; e c) Durante o período em que o empregado que estiver em gozo de benefício previdenciário.

Parágrafo 1º EXCLUSIVAMENTE, para empresas prestadoras de serviço nas áreas SIMEC (ANTIGA BELGO MINEIRA), VPORTS (ANTIGA CODESA), PORTOCEL E JURONG, o ticket alimentação/refeição (ou cartão - alimentação) será concedido por dia trabalhado, garantindo-se o valor mensal de R\$ 737,50 (Setecentos e Trinta e Sete reais e Cinquenta Centavos), aos empregados representados pelo SINDILIMPE/ES que laborarem em jornadas diárias a partir de 6 (seis) horas, jornadas semanais de 44 (quarenta e quatro) horas ou em jornada de trabalho 12x36 horas, bem como as demais escalas previstas em acordos individuais/coletivos que ultrapassem as 06 (seis) horas diárias. Em se tratando de novas admissões, o fornecimento do ticket alimentação/refeição (ou cartão - alimentação) se dará no prazo de 10 (dez) dias após a data de admissão. Será garantido ainda aos empregados representados pelo SINDILIMPE/ES, o pagamento do referido benefício no período de férias e o fornecimento de desjejum, no valor diário R\$ 3,19 (Três Reais e Dezenove Centavos) ou in natura, por dia efetivamente trabalhado. Nos casos de faltas INJUSTIFICADAS, o trabalhador terá descontado, no mês subsequente ao fornecimento do benefício, da seguinte forma: a) O valor referente ao dia efetivamente trabalhado multiplicado pelos dias das faltas e; b) O empregado que estiver em gozo de benefício previdenciário. **Parágrafo 2º** - Por força do acordo firmado nos autos nº 0001652-82.2025.5.17.000, a partir de 01/01/2026 as empresas prestadoras de serviço nas áreas da ARCELORMITTAL (ANTIGA CST) e SAMARCO, o ticket alimentação/refeição (ou cartão - alimentação) será concedido no valor mensal de R\$ 1.106,70 (Um Mil Cento e Seis Reais e Setenta Centavos), aos empregados representados pelo SINDILIMPE/ES que laborarem em jornadas diárias a partir de 6 (seis) horas, jornadas semanais de 44 (quarenta e quatro) horas ou em jornada de trabalho 12x36 horas, bem como as demais escalas previstas em acordos individuais/coletivos que ultrapassem as 06 (seis) horas diárias. Em se tratando de novas admissões, o fornecimento do ticket alimentação/refeição (ou cartão - alimentação) se dará no prazo de 10 (dez) dias após a data de admissão. Será garantido ainda aos empregados representados pelo SINDILIMPE/ES, o pagamento do referido benefício previsto no caput no período de férias e o fornecimento de desjejum, no valor mensal de R\$ 154,49 (Cento e Cinquenta e Quatro Reais e Quarenta e Nove Centavos), que obrigatoriamente deverá ser fornecido no cartão alimentação/refeição. Nos casos de faltas INJUSTIFICADAS, o trabalhador terá descontado, no mês subsequente ao fornecimento do benefício, da seguinte forma: a) O valor referente ao dia efetivamente trabalhado multiplicado pelos dias das faltas e; b) O empregado que estiver em gozo de benefício previdenciário.

Parágrafo 3º - EXCLUSIVAMENTE, para empresas prestadoras de serviço nas áreas da VALE, VLI/ FCA, PETROBRÁS, SEACREST, TRANSPETRO E DEMAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS, o ticket alimentação/refeição (ou cartão - alimentação) será concedido no valor mensal de R\$ 1.106,70 (Um Mil Cento e Seis Reais e Setenta Centavos), aos empregados representados pelo SINDILIMPE/ES que laborarem em jornadas diárias a partir de 6 (seis) horas, jornadas semanais de 44 (quarenta e quatro) horas ou em jornada de trabalho 12x36 horas, bem como as demais escalas previstas em acordos individuais/coletivos que ultrapassem as 06 (seis) horas diárias. Em se tratando de novas admissões, o fornecimento do ticket alimentação/refeição (ou cartão - alimentação) se dará no prazo de 10 (dez) dias após a data de admissão. Será garantido ainda aos empregados representados pelo SINDILIMPE/ES, o pagamento do referido benefício previsto no caput no período de férias e o fornecimento de desjejum, no valor mensal de R\$ 154,49 (Cento e Cinquenta e Quatro Reais e Quarenta e Nove Centavos), que obrigatoriamente deverá ser fornecido no cartão alimentação/refeição. Nos casos de faltas INJUSTIFICADAS, o trabalhador terá descontado, no mês subsequente ao fornecimento do benefício, da seguinte forma: a) O valor referente ao dia efetivamente trabalhado multiplicado pelos dias das faltas e; b) O empregado que estiver em gozo de benefício previdenciário.

Parágrafo 4º - Faculta-se às empresas promoverem, proporcionalmente, o desconto em folha do percentual de 3,5% (três e meio por cento) sobre o valor do benefício concedido.

Parágrafo 5º - O benefício aqui instituído (ticket alimentação/refeição ou cartão-alimentação) deverá ser fornecido, através de cartão alimentação ou crédito em cartões fornecidos por empresas especializadas, antecipadamente até o 5º dia útil do mês.

Parágrafo 6º - O benefício não integrará a remuneração dos trabalhadores para nenhum tipo de finalidade, por não se tratar de parcela de natureza salarial, devendo o empregador estar inscrito no PAT.

Parágrafo 7º -Nos locais onde haja o fornecimento de alimentação, a empresa fica obrigada a fornecer o benefício pactuado no caput, ficando, nesses casos, facultado o fornecimento de refeição, sendo autorizado o desconto máximo mensal de R\$ 2,00 (dois reais) a título de contrapartida do empregado em caso de fornecimento de refeição. O fornecimento de refeição estabelecido neste parágrafo não integrará a remuneração dos trabalhadores, por não se tratar de parcela de natureza salarial.

Parágrafo 8º - EXCLUSIVAMENTE, para empresas prestadoras de serviço nas áreas da: ARCELORMITTAL (ANTIGA CST), SAMARCO, SIMEC (ANTIGA BELGO MINEIRA), VALE, VLI/ FCA, VPORTS (ANTIGA CODESA), PORTOCEL E JURONG, PETROBRÁS, SEACREST, TRANSPETRO E DEMAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS, as partes convenientes ajustam que no quinto dia útil de dezembro, será devido também uma cesta natalina no valor de R\$ 347,05 (Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Cinco Centavos), a ser fornecida no mesmo cartão do ticket alimentação.

Parágrafo 9º - As empresas que efetuarem o pagamento do ticket alimentação/refeição fora do prazo estabelecido nesta cláusula serão penalizadas com multa mensal, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), por trabalhador que tenha recebido o ticket alimentação/refeição

com atraso, para cada mês em que houver atraso, independentemente da quantidade de dias de atraso. O valor da multa será integralmente revertido em favor do trabalhador prejudicado. Trata-se de norma de eficácia plena. A aplicação dessa penalidade independe dos requisitos previstos nas Cláusulas 54ª e 55ª da CCT. Em outras palavras, não é necessário a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DO VALE TRANSPORTE.

As empresas abrangidas por este instrumento Coletivo de Trabalho fornecerão, antecipadamente com desconto de até no máximo 6% (seis por cento) do salário base do trabalhador, o vale transporte, em número suficiente ao seu deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa, pela quantidade de dias a serem efetivamente trabalhados durante um mês.

Parágrafo Primeiro - EXCLUSIVAMENTE PARA ÁREAS DA VALE, VLI, FCA, ARCELORMITTAL (ANTIGA CST), SAMARCO, SIMEC (ANTIGA BELGO MINEIRA), VPORTS (ANTIGA CODESA), PORTOCEL, JURONG PETROBRÁS, SEACREST, TRANSPETRO E DEMAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS. As empresas fornecerão, antecipadamente com desconto de até no máximo R\$ 5,00 (Cinco Reais), o vale transporte, em número suficiente ao seu deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa, pela quantidade de dias a serem efetivamente trabalhados durante um mês.

Parágrafo Segundo - Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, sendo limitado o desconto máximo ao valor do crédito, haja vista a natureza jurídica do benefício.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA.

Fica instituída a obrigatoriedade de contratação de Plano de Saúde Ambulatorial para todos os empregados, na forma da proposta apresentada pelo SINDILIMPE/ES, que segue anexo à presente Convenção Coletiva de Trabalho, que fica fazendo parte integrante da mesma, nos seguintes termos: I – O valor do Plano de Saúde Ambulatorial referido no “caput” desta cláusula é de R\$ 110,17 (Cento e Dez Reais e Dezesete Centavos) para todas as faixas etárias, e será pago integralmente pelo Empregador. II – Se o empregado aderir a PLANO DE SAÚDE de maior cobertura, o empregado ficará responsável pelo pagamento da diferença total entre o Plano Ambulatorial, para o de maior cobertura a qual optou; III – O pagamento da diferença total entre o plano Ambulatorial para o de maior cobertura, a qual optou o empregado, será descontado em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos da Súmula de nº 342, do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo 1º - Os empregados poderão incluir os seus dependentes no Plano de Saúde, com o pagamento total a expensas dos mesmos, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos do Enunciado de nº 342 do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo 2º - Se o empregado já for possuidor de plano de saúde fornecido pela empresa com maior cobertura que o previsto nesta cláusula, não poderá a empregadora reduzir a cobertura do benefício já incorporado ao contrato de trabalho antes da vigência da presente cláusula, independentemente do tempo de vigência do benefício, ficando garantida a situação mais benéfica ao trabalhador.

Parágrafo 3º - O Plano de Saúde Ambulatorial não poderá conter cláusula de co-participação dos empregados.

Parágrafo 4º - O Plano de Saúde da presente cláusula, letras e incisos, tem que ser obrigatoriamente feito através de Administradora de Benefícios com registro na Agência Nacional de Saúde (ANS). Fica tácito, acordado e reiterado, que os contratos do plano de saúde deverão sempre ser indicados e aceitos pelo Sindicato Laboral, e, por ele Estipulado, através de Administradora de Benefícios por ele contratada, caso seja de sua conveniência, não havendo nenhuma responsabilidade de contratação e/ou gestão contratual do Empregador. O plano aqui estabelecido será cancelado no momento do desligamento do empregado.

Parágrafo 5º - O Plano de Saúde Ambulatorial deverá conter, obrigatoriamente, uma Cesta Natalidade com logomarca do SINDILIMPE (Bolsa com Kit para bebê: Algodão (100 gr), Chupeta de silicone (uma unidade), Cotonetes (2 unidades), Fraldas descartáveis tamanho P (1 unidade) e M (2 unidades), Gaze esterilizada (2 unidades), Lenço umedecido (2 unidades), Mamadeira (1 unidade), Óleo mineral (100ml), Sabonete (90gr), Shampoo regular baby (200ml) e álcool absoluto (100ml).), no nascimento do filho(a), garantido a todas as mães empregadas ou cônjuge dos titulares, desde que estejam incluídas no referido Plano.

Parágrafo 6º - A operadora do plano de saúde contratada pela empresa para seus empregados fica obrigada a disponibilizar atendimento por telemedicina, abrangendo, no mínimo, 25 especialidades médicas para consultas eletivas com médicos especialistas, de segunda a sábado, bem como pronto atendimento 24 horas. Ambos os serviços deverão ser realizados por meio de vídeo, sem qualquer cobrança de coparticipação.

Parágrafo 7º - Fica ainda, tácito, irretratável e irrevogável, que quaisquer danos pessoais, ou morais decorrentes do mau atendimento prestado pelas Operadoras que prestarem os serviços aqui estabelecidos, em hipótese alguma, terá responsabilidade direta ou indireta, da entidade patronal, e empregadores, sendo único e exclusivamente de responsabilidade das empresas operadoras dos serviços.

Parágrafo 8º - Caso o empregador não contrate o Plano de Saúde nos termos e prazos previstos nessa cláusula será penalizado com multa mensal, no valor de R\$200,00 (Duzentos reais), por cada trabalhador que deixou de receber o benefício na data prevista, sendo revertida integralmente em favor do trabalhador. Trata-se de norma de eficácia plena. A aplicação dessa penalidade independe das

exigências contidas nas Cláusulas 54ª e 55ª da CCT, não sendo necessária a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

Parágrafo 9º - EXCLUSIVAMENTE, para empresas prestadoras de serviço nas áreas da VALE, VLI/FCA, PETROBRÁS, TRANSPETRO, SEACREST e demais empresas petrolíferas, é obrigatório a contratação de plano de assistência médica com internação sem qualquer custo adicional para o trabalhador.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE.

A empresa que não forneça creche no seu local de trabalho fica assegurada às trabalhadoras, o pagamento de Auxílio Creche no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário base mínimo da área geral, ou seja, R\$ 336,53 (Trezentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos), a partir do 1º (primeiro) mês de retorno efetivo ao trabalho, até que o filho complete 10 (dez) meses de nascimento.

Parágrafo Único – O pagamento do benefício é de forma indenizatória e deverá ser realizado junto com o pagamento do salário da trabalhadora, que a ele fizer jus, devendo o valor constar do contracheque fornecido por ocasião do referido pagamento.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA.

As empresas abrangidas por este Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 atuante no Estado do Espírito Santo contratarão e pagarão, integralmente as suas expensas, exclusivamente através de Seguradora devidamente registrada na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, credenciada pelo Sindicato Patronal, para todos os trabalhadores, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, na modalidade securitária de “Capital Segurado Global”, minimamente com as Garantias e Capitais Segurados abaixo descritos, e valor mínimo de mensalidade securitária por trabalhador, correspondente a R\$ 5,00 (cinco reais), como segue: GARANTIAS CAPITALIS SEGURADOS MAXIMOS GARANTIAS CAPITALIS SEGURADOS MAXIMOS Morte Qualquer Causa R\$ 24.000,00 IPA-Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente Pessoal R\$ 24.000,00 Assistência Funeral Familiar (Titular, Cônjuge e Filhos) R\$ 4.000,00 Auxílio Medicamentos- reembolso em decorrência de acidente de trabalho ocorrido no horário de trabalho Custo Mensal por Trabalhador R\$ 600,00 R\$ 5,00

Parágrafo 1º - O presente Seguro de Vida e Acidentes Pessoais aplicar-se-á a todos trabalhadores, em qualquer modalidade de contrato de trabalho, sendo elas: Contrato de Trabalho por tempo indeterminado; Contrato de Trabalho por prazo determinado, inclusive em período de experiência ou Contrato de Trabalho Temporário, Contrato Intermitente.

Parágrafo 2º - As empresas ficam obrigadas a apresentar ao sindicato laboral a relação nominal dos trabalhadores assegurados, acompanhada da GFIP e do comprovante de pagamento do seguro do mês corrente.

Parágrafo 3º - Ao trabalhador, em gozo de benefício previdenciário, será garantido a contratação do seguro previsto nesta Cláusula, pelo prazo de até 12 (doze) meses, iniciando-se este prazo, a partir da data do primeiro dia do afastamento do trabalho, e cessando após 12 (doze) meses de seu início, aos empregados já afastados o prazo previsto neste parágrafo se iniciará a partir da notificação pela empresa.

Parágrafo 4º - É proibida a contratação de seguro de vida mediante clube de seguros.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA.

As empresas prestarão assistência jurídica, por profissional especializado, a seus empregados que incidirem em prática ou atos que os levem a responder Ação Penal ou Cível quando, no exercício de suas funções e em defesa dos legítimos interesses e direitos da empresa empregadora.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CARTÃO DE MICROCRÉDITO.

Os Empregadores em caráter de adesão Compulsória, deverão disponibilizar aos empregados no prazo de até 10 dias da data de admissão, limite de crédito de até 25% de seu salário base para a utilização em seu CARTÃO DE MICROCRÉDITO, devendo a empresa operadora ser obrigatoriamente homologada pelos Sindicatos Laboral e Patronal, e autorização expressa pelo empregado para os referidos descontos. Devendo o referido benefício ser disponibilizados a todos os trabalhadores, no prazo máximo de 60 dias, a contar da data do registro do presente aditivo.

Parágrafo 1º - Para a operacionalização dos descontos do CARTÃO DE MICROCRÉDITO na folha de pagamento dos empregados que optarem pelo direito previsto no caput, o Empregador, mediante envio de relação e autorização assinada pelo empregado, fará mensalmente o repasse do valor para a operadora do CARTÃO DE MICROCRÉDITO.

Parágrafo 2º - Os descontos na folha de pagamento dos empregados serão feitos de forma única e integral, na primeira remuneração subsequente à data de emissão da fatura expedida pela operadora do CARTÃO DE MICROCREDITO.

Parágrafo 3º - A utilização do CARTÃO DE MICROCREDITO é de uso exclusivo do empregado e as despesas contraídas ou decorrentes do uso do mesmo, são de sua inteira responsabilidade, isentando o empregador de quaisquer custos, ônus financeiros e outras responsabilidades.

Parágrafo 4º - Nas rescisões contratuais o saldo devedor informado pela operadora do CARTÃO DE MICROCREDITO até então, será descontado integralmente das verbas rescisórias devidas ao empregado, até o limite de 30%, não cabendo reclamações futuras de eventuais saldos.

Parágrafo 5º - As empresas conveniadas deverão também oferecer a opção de parcelamento do crédito já tomado pelo empregado em até 12 vezes, sempre respeitando a legislação vigente com relação ao limite para a cobrança de juros.

Parágrafo 6º - Caso o empregador não forneça o CARTÃO DE MICROCREDITO no prazo previsto nessa cláusula será penalizado com multa mensal, no valor de R\$200,00 (Duzentos reais), por cada trabalhador que deixou de receber o benefício na data prevista, sendo revertida integralmente em favor do trabalhador e deverá obrigatoriamente ser disponibilizado no CARTÃO DE MICROCREDITO. Trata-se de norma de eficácia plena. A aplicação dessa penalidade independe das exigências contidas nas Cláusulas 54ª e 55ª da CCT, não sendo necessária a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.

Os empregadores repassarão em caráter de adesão Compulsória, à título de Benefício, para custeio do benefício de Assistência Odontológica aos trabalhadores ativos, e, trabalhadores afastados decorrentes de acidente de trabalho, o correspondente à R\$ 11,03 (Onze Reais e Três Centavos) mensalmente. A contratação da Assistência Odontológica Emergencial – conforme Rol de Coberturas Mínimas para Assistência odontológica estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, dar-se-á através de Operadoras de Odontologia devidamente registrada junto à ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, ou, Seguradoras, devidamente registradas junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, e ocorrerá sob responsabilidade e gerenciamento do Sindicato Laboral, que considerará para adesão, todos trabalhadores constantes da GEFIP – Guia de Recolhimento de FGTS de Informação à Previdência Social, devendo ter âmbito territorial com abrangência Estadual – Estado do Espírito Santo. Carências Mínimas: As carências aplicadas aos contratos de Assistência Odontológica deverão obedecer também aos critérios estabelecidos no Rol de Coberturas Mínimas para Assistência odontológica estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Parágrafo 1º - Os Contratos de Assistência Odontológica previstos no caput desta Cláusula, não poderão ter qualquer tipo de fator moderador ou coparticipação para os procedimentos Básicos.

Parágrafo 2º - Fica tácito, acordado e reiterado, que os Contratos de Assistência Odontológica deverão sempre ser indicados e aceitos pelo Sindicato Laboral, e, por ele Estipulado, ou através de Administradora de Benefícios por ele contratado, caso seja de sua conveniência, não havendo nenhuma responsabilidade de contratação e/ou gestão contratual do EMPREGADOR, resguardado o repasse do custeio previsto no Caput desta Cláusula, conforme estabelecido na RN – Resolução Normativa números 195, e 196 em vigor, expedidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Parágrafo 3º - Fica estabelecido que os Contratos de Assistência Odontológica previstos no caput desta cláusula, além de terem minimamente as características constantes nesta Cláusula, deverão prever o reembolso de procedimentos pagos pelos beneficiários, através da gestão do Sindicato laboral que sejam residentes em municípios do Estado do Espírito Santo, que eventualmente as Operadoras de Assistência Odontológicas não disponha de “Rede Credenciada”, conforme “Tabelas de Custeio com Rede Credenciada” adotadas pelas Operadoras de Assistência Odontológica ou Seguradoras contratadas.

Parágrafo 4º - Caso os trabalhadores façam opção por contratar produtos de Assistência Odontológica com mais coberturas que o ofertado compulsoriamente nesta cláusula, os empregadores repassarão o valor pré-fixada nesta cláusula no valor de R\$ 11,03 (Onze Reais e Três Centavos) mensais, e os empregados ficarão responsáveis pelos pagamentos dos valores que excederem tal limite, e, caso no produto escolhido pelos trabalhadores sejam previstas coparticipações ou franquias, os custos variáveis também serão suportados exclusivamente pelos Trabalhadores. Fica ainda facultado ao trabalhador, promover inclusão de seus dependentes legais no Contrato de Odontologia indicado pelo Sindicato Laboral, mediante custeio de 100% (cem por cento) das mensalidades relativas ao produto escolhido.

Parágrafo 5º - Os empregadores que já tiverem vigentes Contratos de Assistência Odontológica com Operadoras ou Seguradoras de Assistência Odontológica, deverão garantir os parâmetros mínimos estabelecidos no caput e parágrafos desta cláusula, devendo apresentar cópia do Contrato de Assistência Odontológica vigente, e respectivas 03 (três) últimas Faturas Mensais quitadas ao Sindicato Laboral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura desta C.C.T - Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de incorrer em descumprimento da CCT.

Parágrafo 6º - Os Contratos de Assistência Odontológica previstos nesta cláusula, bem como as Operadoras ou Seguradoras de Assistência Odontológicas contratadas, deverão, obrigatoriamente, terem registros junto a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar ou SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, não sendo ainda aceito em hipótese nenhuma, que as Operadoras e Seguradoras de Assistência Odontológicas estejam sob intervenção e/ou direção fiscal da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar ou SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, ou ainda, funcionando sob efeito liminar, fatos que colocariam em risco, o atendimento contratual aos trabalhadores e dependentes aderentes.

Parágrafo 7º - Nos casos de afastamento decorrente de qualquer motivo e qualquer período, o repasse da mensalidade do benefício constante nesta Cláusula será suspenso, retornando à partir do mês de efetivo retorno ao trabalho.

Parágrafo 8º - Fica ainda, tácito, irretratável e irrevogável, que quaisquer danos pessoais, ou morais decorrentes do mau atendimento prestado pelas Operadoras e/ou Seguradoras que prestarem os serviços aqui estabelecidos, em hipótese alguma, terá responsabilidade

direta ou indireta, da entidade patronal, e empregadores, sendo único e exclusivamente de responsabilidade das empresas prestadoras de serviços de Assistência Odontológica.

Parágrafo 9º - Caso o empregador não contrate o Plano nos termos e prazos previstos nessa cláusula será penalizado com multa mensal, no valor de R\$200,00 (Duzentos reais), por cada trabalhador que deixou de receber o benefício na data prevista, sendo revertida integralmente em favor do trabalhador. Trata-se de norma de eficácia plena. A aplicação dessa penalidade independe das exigências contidas nas Cláusulas 54ª e 55ª da CCT, não sendo necessária a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ACESSO A FINANCIAMENTOS.

As empresas abrangidas por este Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 estabelecerão convênios com instituições financeiras com o objetivo de garantir aos trabalhadores o acesso aos financiamentos estabelecidos no Decreto Lei nº 4.840, de 17/09/2003.

Parágrafo 1º - Para efeitos de cumprimento desta cláusula, as empresas firmarão convênios com uma ou mais instituições financeiras.

Parágrafo 2º - As empresas manterão disponíveis para o Sindicato Laboral, sempre que solicitado, cópias dos contratos de convênio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - BENEFÍCIO SOCIAL E AMPARO A FAMÍLIA- IDESBRE.

Fica mantido, no âmbito da atividade laboral, convenio com o Instituto de Desenvolvimento Sócio/Econômico dos Trabalhadores de Baixa Renda IDESBRE, que tem a finalidade de promover a valorização dos trabalhadores da categoria através de Programas de Gestão de Emprego, Prevenção e Intervenção no Alcoolismo e, assistência educacional e institucional a fim de melhorar as condições de higiene, alimentação e moradia.

Parágrafo 1º - Para manter o Convênio com o IDESBRE as empresas repassarão, mensalmente, a importância de R\$ 8,40 (Oito Reais e Quarenta Centavos) por empregado que esteja efetivamente trabalhando, não haverá repasse dos empregados que estejam afastados. O repasse será efetuado mensalmente e diretamente aos cofres do IDESBRE, pelas empresas via boleto bancário.

Parágrafo 2º - O pagamento da mensalidade prevista na Cláusula Décima Quinta desta CCT, será de exclusiva responsabilidade do IDESBRE nos casos de afastamento, exceto licença maternidade, desde que a o Empregador faça a comunicação do afastamento ao IDESBRE, no prazo máximo de 48h (Quarenta e Oito) da ciência do afastamento.

Parágrafo 3º - A empresa que não efetivar o pagamento dos boletos, não efetuar o repasse e não entregar a relação de trabalhadores, se chamada a regularizar o repasse e, não o fizer no prazo de 05 dias, será penalizada com multa por descumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 4º - Os trabalhadores afastados do trabalho por inaptidão laboral, quando não estiverem recebendo nem de empresa e nem do INSS, estando a empresa em dia com a contribuição, terão direito a cesta de R\$120,00 (cento e vinte reais), creditada em cartão alimentação, durante até 03 (três) meses, sendo até 15 (quinze) cestas por mês, podendo ser cumulativo, limitando-se 180 (cento e oitenta) cestas por ano para os trabalhadores do setor representado pelo sindicato econômico. A administração e concessão do benefício aqui estabelecido será realizado pelo IDESBRE. Em caso de fornecimento de número menor que 180 (cento e oitenta) cestas por ano, o valor remanescente será acumulado para o exercício seguinte.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PARA APOSENTADORIA.

Ao empregado abrangido por este Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025 que estiver a 12 (Doze) meses ou menos de obter aposentadoria será garantido o emprego até a data do seu desligamento para garantir o benefício, excluindo-se os empregados lotados em contratos que se findarem por término com o tomador do serviço.

Parágrafo Único - No ato da entrega da carta do aviso prévio, o empregador notificará o empregado para que o mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrega do documento, providencie junto ao INSS documento comprobatório de prazo para a aposentadoria. Caso o empregado notificado não apresente o documento, dentro do prazo estabelecido de 15 (quinze) dias, estará a empresa isenta da obrigação. Havendo verificação da condição estável do empregado o aviso prévio torna-se nulo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GRATIFICAÇÃO POR APOSENTADORIA.

O empregado ao se aposentar e que tenha contrato com a empresa no mínimo de 02 (dois) anos, receberá de seu empregador, mediante apresentação da carta de aposentadoria emitida pelo INSS, a título de gratificação, o valor equivalente a 01 (um) piso mínimo da categoria de R\$ 1.682,69 (Mil Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Nove Centavos), no mês subsequente a apresentação do documento.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ADMISSÃO E DEMISSÃO.

As empresas que atuam na base territorial do SEACES encaminharão mensalmente cópia do CAGED. Ficando acordado que o SINDILIMPE, quando informado dos novos admitidos, enviará correspondência à empresa para que a mesma viabilize junto aos contratantes a possibilidade do ingresso em suas dependências de um representante laboral para que se comunique com os novos contratados a fim de garantir-lhes o direito à sindicalização.

Parágrafo 1º - Ao trabalhador que, ao ser admitido já tenha sido sindicalizado na empresa anterior, será garantido o direito de permanecer sindicalizado, mediante apresentação da carta de sindicalização à nova contratante. A desfiliação somente será concretizada se o trabalhador manifestar essa vontade.

Parágrafo 2º – Fica estabelecido que as empresas que, por previsão legal ou jurisprudencial, estão dispensadas do pagamento de aviso prévio e da multa rescisória de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do FGTS, deverão, em caso de rescisão sem justa causa, pagar aos empregados uma indenização compensatória em valor correspondente a 40% do saldo do FGTS e valor adicional correspondente ao aviso prévio, proporcional ao tempo de trabalho.

Parágrafo 3º – O SINDILIMPE poderá requisitar a qualquer momento, a relação de documentos previstos no parágrafo primeiro da cláusula 52ª a qual deverá ser atendido no prazo de 10 (dez dias), contados a partir da data da requisição, sob pena de descumprimento da CCT. Este parágrafo não se aplica as empresas que possuírem certidão de regularidade válida emitida pelo SINDILIMPE, prevista na cláusula 52º da CCT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS E DE CAPACIDADE LABORATIVA.

Todos os trabalhadores contratados por empresas sujeitos a presente CCT, deverão realizar exames Médicos Admissionais/Demissionais e periódicos, realizados por profissional - Médico do Trabalho, conforme legislação vigente.

Parágrafo 1º - Os exames de que trata o caput desta cláusula serão custeados pela empresa contratante.

Parágrafo 2º - Considerando a necessidade da manutenção da gestante empregada, com todos os benefícios decorrentes do contrato de trabalho, visando assim a proteção à vida e do nascituro; considerando a inexistência de óbice legal; quando da rescisão contratual, sem justa causa, entre os exames necessários para a demissão a empregada deverá realizar o exame pelo método BHCG, visando assim assegurar a sua não demissão no caso de confirmação do estado de gravidez, protegendo assim a vida e o nascituro. Para a realização do exame é necessário a concordância da empregada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA.

A vigência dos contratos de trabalho a título de experiência, para os trabalhadores abrangidos por esta convenção, fica limitada ao máximo de 90 (noventa) dias, podendo ser fracionado em até 03 (três) períodos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SUBSTITUIÇÕES.

Ficam as empresas abrangidas por este instrumento coletivo obrigadas a substituírem, nos locais de trabalho, todos os trabalhadores que, por qualquer motivo, se ausentarem de suas atividades por mais de 16 (dezesesseis) dias consecutivos.

Parágrafo Único - Nos casos de substituição, com duração superior a 16 (dezesesseis) dias, será garantido ao empregado substituto, o seu salário, acrescido da diferença da remuneração do substituído, caso perceba salário inferior ao do substituído, enquanto durar a substituição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO.

A empresa poderá alterar a função, pagando a diferença como gratificação, até o prazo de 03 (três) meses, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido a função efetiva e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AGENDAMENTO DE HOMOLOGAÇÕES E PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

É obrigatória a realização de homologação das rescisões contratuais, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, dos empregados com mais de 90 (noventa) dias de serviço na empresa. O instrumento de rescisão deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas relativamente às mesmas parcelas. No ato da homologação terá o empregado assistência gratuita do SINDILIMPE, que designará profissional devidamente treinado para desempenhar a tarefa, devendo o empregador comunicar ao empregado, por escrito e em formulário próprio ou no verso do documento, quando da entrega do termo do aviso prévio, a data e hora que deverá comparecer no Sindicato Profissional, dispensado tal exigência caso o Sindicato laboral não cumpra o disposto no parágrafo primeiro desta cláusula, para a homologação da rescisão.

Parágrafo 1º - As homologações das rescisões serão previamente marcadas junto ao Sindicato laboral, até as 14h de Segunda a Sexta-feira, que deverá responder ao pedido de agendamento no prazo de até 04 (quatro) horas úteis após o recebimento do requerimento de pedido de homologação, limitada a 10 (dez) pedido/homologação por empresa, em caso de solicitação de pedido/homologação superior a 10 (dez) o Sindicato laboral se compromete a responder ao pedido de agendamento no prazo de 48(quarenta e oito) horas após o recebimento do requerimento de pedido de homologação.

Parágrafo 2º - O Sindicato Laboral se obriga a atender no horário e data ajustados, bem como realizar a homologação, se o empregador apresentar toda a documentação necessária entre as quais: TRCT, ASO demissional, aviso prévio, CTPS e quando cabível (chave de conectividade, comprovante de pagamento da multa sobre o FGTS, guia de seguro desemprego, PPP).

Parágrafo 3º - O Sindicato somente homologará rescisões de contrato de trabalho mediante apresentação de Termo padrão definido pelo MTE e, sendo constatada qualquer irregularidade nas parcelas a serem quitadas no ato da homologação, havendo necessidade de adequação que implique em retificação ou complementação de pagamentos, a empresa terá o prazo máximo de 48 horas úteis para a devida correção e homologação.

Parágrafo 4º - Ante a inobservância das condições necessárias para homologação, tais como comprovação ou pagamento das verbas rescisórias, comprovação de recolhimento do FGTS e Multa rescisória, apresentação de Chave de Conectividade, além do preenchimento correto do TRCT, caracterizar-se-á o não cumprimento desta Cláusula e a rescisão não será homologada pelo SINDILIMPE, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas nesta CCT.

Parágrafo 5º - Uma vez cumprido os procedimentos dispostos nesta cláusula e não comparecendo o empregado para homologar a rescisão, ficará obrigado o SINDILIMPE/ES a fornecer declaração constatando a ausência.

Parágrafo 6º - Nas homologações acima de 20(Vinte) rescisões, nos locais onde não exista sede nem subsele do SINDILIMPE, será disponibilizado pelo sindicato laboral Agente Homologador para efetuar as homologações na sede da empresa, desde que a empresa arque com as despesas do deslocamento. Caso não concorde a empresa em pagar as despesas de deslocamento, as rescisões deverão ser homologadas na sede ou subsele do SINDILIMPE.

Parágrafo 7º - No ato das homologações o preposto da empresa devera, obrigatoriamente, ter assento a mesa juntamente com o empregado e o agente homologador, sendo expressamente proibido qualquer tipo de assédio, coação, constrangimento, por qualquer das partes durante a homologação.

Parágrafo 8º - As empresas que não solicitarem o agendamento de homologação e/ou solicitar com atraso, prevista no caput, ou não efetuarem a homologação estabelecida nesta cláusula serão penalizadas com multa, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), por cada trabalhador que deixou de homologar, sendo revertida integralmente em favor do trabalhador. Trata-se de norma de eficácia plena. A aplicação dessa penalidade independe dos requisitos previstos nas Cláusulas 54ª e 55ª da CCT. Em outras palavras, não é necessário a convocação de reunião prévia pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO INTRAJORNADA

Os intervalos para refeição e descanso não poderão ser inferiores a 30 (trinta) minutos e nem superiores a 120 (cento e vinte) minutos, podendo ser adotados outros critérios para estabelecimento de intervalos intrajornadas distintas das estabelecidas neste dispositivo, celebrado pela empresa empregadora e sindicatos laboral e econômico e/ou Sindicatos, obedecidas as portarias 42/2007, 509/67 e 417/66, do Ministério do Trabalho e Emprego. O tempo de intervalo suprimido poderá ser compensado ao final da jornada ou indenizado, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

Parágrafo 1º – Exclusivamente na jornada de trabalho 12 x 36hs, o tempo de intervalo suprimido será indenizado em 01h (Uma) hora, independente do tempo de gozo do intervalo, sendo devido somente o acréscimo de 60% (Sessenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo em vista que o período do intervalo já é pago na jornada.

Parágrafo 2º – Exclusivamente para as funções de Salva Vida/Guarda Vida, na jornada de trabalho 12 x 36hs, o tempo de intervalo suprimido será indenizado em 01h (Uma) hora, independente do tempo de gozo do intervalo, com acréscimo de 60% (Sessenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AUSÊNCIAS ABONADAS.

O trabalhador terá abonadas as ausências, exclusivamente nos seguintes casos, conforme previsto no Art. 473 da CLT:

I - 03 (três) dias seguidos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoas que declara como de sua dependência junto à Previdência Social e/ou em Carteira de Trabalho;

II - 2 (dois) dias seguidos em caso de necessidade de se alistar como eleitor;

III - 3 (três) dias seguidos, em virtude de casamento;

IV - 5 (cinco) dia em caso de nascimento de filho, na semana do nascimento;

V - Pelo tempo que se fizer necessário, inclusive o de viagem, quando tiver que comparecer em juízo.

VI - Até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.

VII - Por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 06 (seis) anos em consultas médicas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE.

Serão abonadas as faltas do empregado estudante do curso supletivo ou outras entidades reconhecidas pelo MEC, ocorridas em virtude de prestação de exames em estabelecimento oficial de ensino, desde que o empregado comunique o fato ao empregador com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, comprovando posteriormente. O Trabalhador que por motivo de desempenho cultural e profissional, queira iniciar e/ou continuar seus estudos será garantido, desde que não comprometa sua atividade laboral e em concordância com o empregador, à readequação de sua jornada de trabalho a não prejudicar o desenvolvimento de seus estudos, inclusive sendo-lhe garantido o direito a não execução de jornadas extraordinárias e trabalhos em domingos e feriados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRABALHO AOS DOMINGOS.

Nos casos de prestação de serviços que exigirem trabalho aos domingos, especialmente aqueles relacionados aos prontos-socorros, hospitais, portos, delegacias, clubes, shopping centers, fábricas, indústrias e transportes coletivos será estabelecida mensalmente pela empresa e afixada em local de fácil acesso, escala de revezamento organizada de modo que cada empregado usufrua, no mínimo, a cada sete semanas, de um domingo de folga se empregado e, no mínimo, a cada 15 dias, de um domingo de folga, se empregada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO.

Fica limitada às empresas, a adoção de escalas distintas da jornada originária de 8h00min diárias e/ou 44h00min semanais, nos seguintes termos: 2 x 2 =12 (doze) horas trabalhadas x 2 dias consecutivos + 2 dias seguintes de descanso 3 x 3 =12 (doze) horas trabalhadas x 3 dias consecutivos+ 3 dias seguintes de descanso 4 x 2 =12 (doze) horas trabalhadas x 4 dias consecutivos + 2 dias seguintes de descanso 4 x 4 =12 (doze) horas trabalhadas x 4 dias consecutivos + 4 dias seguintes de descanso 5 x 2 = 9 (nove) horas x 4 dias + 1 dia 8 (oito) horas (segunda a sexta-feira); 5 x 2 = 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos (segunda a sexta-feira); 6 x 1 = 7 (sete) horas e 20 (vinte) minutos dia; 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso;

Parágrafo 1º - Respeitando-se os limites acima identificados, não haverá incidência de horas-extras.

Parágrafo 2º - Somente poderá haver adoção de outras Escalas de Trabalho, divergentes das aqui convencionadas, mediante Acordo Prévio entre o Sindicato Profissional e a Empresa interessada, com anuência do SEACES.

Parágrafo 3º - Nas escalas 2x2, 3x3, 4x2 e 4x4, se refere a dias consecutivos de trabalho de doze horas diárias cada, já incluído o intervalo de 01 hora para refeição e descanso, seguidos por dias consecutivos de folga, e assim sucessivamente, sendo vedado o revezamento de turno. Exclusivamente para as jornadas aqui descritas, haverá bonificação no valor mensal de R\$ 200,00 (Duzentos Reais), a partir da competência de Abril/2025. O benefício aqui instituído não integrará a remuneração dos trabalhadores para nenhum tipo de finalidade, por não se tratar de parcela de natureza salarial. - Não fará jus a bonificação prevista neste parágrafo: a) O empregado que tiver 03 (Três) ou mais faltas injustificadas no mês; e b) Quando a somatória dos atrasos for igual ou maior que 36h no mês.

Parágrafo 4º - Serão reconhecidos os feriados anuais: 1º de janeiro, terça-feira de carnaval; sexta-feira da Paixão; 21 de abril, 1º de maio, Corpus Christi; 7 de setembro, 12 de outubro; 2 de novembro, 15 de novembro, 20 de novembro e 25 de dezembro.

Parágrafo 5º - Fica facultada a adoção jornada fixa de trabalho para a execução de serviços em controle de pragas, roedores, desratização e desinsetização com início às 13h00min (treze horas) e, quando houver necessidade de conclusão dos serviços, até o término daquele, mesmo que após às 18h00min (dezoito horas), limitando-se a jornada em 08h00min (oito horas) diárias e 44h00min (quarenta e quatro horas) semanais, respeitando-se o intervalo pertinente à intrajornada para refeição e repouso.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS.

As empresas confirmarão as férias do trabalhador por escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência ao início das mesmas, ficando estas obrigadas a disponibilizar o pagamento do salário de férias, no máximo 24 horas (Vinte e quatro) horas antes do início das mesmas.

Parágrafo 1º - O início do gozo das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com as folgas compensatórias.

Parágrafo 2º - Somente poderá ser colocado em gozo de férias aquele trabalhador que estiver por um ano ou mais no exercício do seu contrato de trabalho.

Parágrafo 3º - Excetuando-se as localidades em que não existam agências bancárias regulares, onde os pagamentos das férias e do adicional poderão ser efetuados por meio de cheques administrativos mediante anexação de cópia do mesmo ao recibo, o recibo de férias assinado pelo trabalhador somente terá validade se a empresa, se requisitado, apresentar comprovante de depósito bancário e do adicional de férias, entendendo-se como inexistente toda e qualquer concessão de férias sem observância dos termos aqui convencionados.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E PREVENÇÃO DE ACIDENTES.

As empresas estão obrigadas a fornecer aos trabalhadores as necessárias condições de higiene e saúde no trabalho; os equipamentos de proteção necessários; vestiários; transporte e refeitório, bem como se obrigarão a estabelecer as condições necessárias para utilização desses equipamentos conforme Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - As empresas abrangidas por esta CCT se comprometem a desenvolver programas, juntamente com o SINDILIMPE e o poder público, visando estimular os (as) trabalhadores (as) a se consultarem preventiva e periodicamente com o ginecologista para as empregadas (Papanicolau/mamografia) e ao urologista para os empregados (próstata), preferencialmente para aqueles (as) acima de 45 (quarenta e cinco) anos.

Parágrafo 2º - As empresas abrangidas por esta CCT se comprometem a desenvolver, através de campanhas e palestras educativas que visem estimular higiene pessoal, higiene bucal, melhoria de autoestima, tabagismo e alcoolismo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME.

As empresas abrangidas por este aditivo fornecerão 02 (Dois) uniformes completos, por ano, a seus empregados, gratuitamente. O fornecimento deverá se iniciar quando da admissão do trabalhador, mediante recibo, podendo o número de uniformes aqui estipulados ser aumentado, em caso de necessidade apresentada pela demanda do trabalho.

Parágrafo 1º - O empregado que receber o uniforme e Epi 's de uso obrigatório que permanecer na empresa por tempo inferior a 90 (noventa) dias fica obrigado a devolvê-los ao empregador, sob pena de indenizar o empregador pelo custo integral da(s) peça(s) não devolvidas. Na demissão de empregados ficam os mesmos obrigados a devolver o uniforme, Epi 's e crachá de identificação, sendo emitido pelo empregador declaração de nada consta.

Parágrafo 2º - O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT. Sendo comprovado que o empregado negligenciou na utilização do EPI, não será devido qualquer indenização por fato gerado, pela não utilização do mesmo. **Parágrafo 3º** - Quando o trabalhador exercer atividades em áreas de propagação e manipulação de produtos químicos ou de agentes biológicos agressores, a empresa empregadora estudara a possibilidade de fornecimento juntamente com o contratante do serviço, condições para a lavagem dos uniformes utilizados no próprio local de trabalho, devendo dispor de pessoal e equipamentos bastantes para esse fim.

Parágrafo 4º - As peças de uniforme de uso obrigatório e os acessórios, após devidamente limpas e assepsiadas, poderão ser reutilizadas, desde que as mesmas se apresentem em condições perfeitas de uso.

Parágrafo 5º - A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa, no caso de uso indevido. No ato da entrega do uniforme o Empregador apresentará termo de compromisso advertindo o Empregado quanto a utilização indevida prevista neste parágrafo. **Parágrafo 6º** - Em caso de reposição anual, para o recebimento de novo uniforme, o trabalhador devolverá o uniforme anterior, mesmo que danificado.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ELEIÇÕES DA CIPA.

As empresas abrangidas por este aditivo à CCT 2025/2026 comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, a realização de eleição para preenchimento dos cargos das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, mencionando o período de realização do pleito e o local das inscrições dos candidatos, ressaltando-se que os diretores do SINDILIMPE poderão acompanhar livremente as eleições, mediante previa autorização com pedido no mínimo de 10(dez) dias antes da eleição.

Parágrafo 1º - Serão consideradas nulas as eleições para representantes dos trabalhadores nas CIPA's das empresas que não efetuarem a devida comunicação, conforme caput desta cláusula.

Parágrafo 2º - A cada CIPA eleita, os seus componentes, junto com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), farão avaliação do Mapa de Risco, conforme tabela 1 (anexo IV), da NR nº 5.

Parágrafo 3º - A CIPA terá acesso a todas as informações relativas a afastamento por incapacidade temporária ou permanente decorrente da atividade profissional, assim como as informações sobre a readaptação profissional, quando solicitado.

Parágrafo 4º - É obrigatório o envio das atas de reunião ao SINDILIMPE.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADO MÉDICO.

As empresas abrangidas por este Aditivo acatarão os Atestados Médicos e Odontológicos emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, ficando estabelecido o prazo de até 48h00min (quarenta e oito horas) para sua entrega ou comunicação do afastamento à empresa, após sua emissão, sob pena de não ser aceito o atestado fornecido.

Parágrafo 1º - O Atestado médico deverá ser entregue na sede da empresa pelos trabalhadores lotados na grande Vitória e ao empregador ou seu representante (Encarregado, Coordenador, Supervisor ou Nutricionista) nos casos dos trabalhadores lotados fora da grande Vitória, pelo empregado, ou na sua impossibilidade por pessoa maior de 18(Dezoito) anos e munida de documento legal de identificação, sob pena de recusa do atestado, sendo emitido no ato da entrega um recibo ou cópia protocolada (pela empresa) do atestado comprovando o recebimento.

Parágrafo 2º - Na hipótese de o empregador dispor de serviço médico, próprio ou contratado, os Atestados Médicos de que trata esta cláusula deverão ser validados pelo profissional de Medicina do Trabalho que atuar para a empresa, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR's).

Parágrafo 3º - Será considerada apropriação indébita o desconto, ou descontos indevidos, efetuados nos salários dos trabalhadores decorrentes da recusa do atestado, ou atestados legitimamente válidos, apresentados na forma da presente cláusula, ficando a empresa sujeita à aplicação das penalidades previstas nesta CCT, multa por descumprimento, além das penalidades legais.

Parágrafo 4º - Na hipótese de consulta médica, odontológica ou exames clínicos e laboratoriais previamente agendados, o empregado comunicará a empresa que precisará se ausentar com no mínimo 01 (um) dia de antecedência, devendo, ao retornar, para ter justificado o período de ausência, apresentar a declaração de comparecimento, ou atestado médico ou odontológico.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS.

As empresas manterão nos locais de trabalho, e colocados à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras, estojos contendo os materiais indispensáveis à prestação de primeiros socorros, em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 7.855, de 24/10/86.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - PREVENÇÃO DA AIDS (SIDA).

A empresa se compromete a implantar programa de prevenção da AIDS (SIDA), para seus empregados, em que o sindicato laboral poderá contribuir na orientação do programa. O conteúdo deste programa deverá ser acordado previamente com a diretoria da empresa e assistido por um profissional da área.

**RELAÇÕES SINDICAIS
REPRESENTANTE SINDICAL**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DELEGADO SINDICAL.

As empresas assegurarão estabilidade no emprego a um representante sindical (Diretor, Delegado Sindical, Delegado Sindical Junto a Federação e Conselheiro Fiscal), pelo prazo desta Convenção Coletiva de Trabalho até 31/12/2026, enquanto no exercício do seu mandato desde que eleito em assembleia Geral da categoria laboral e/ou eleição, sendo facultado à empresa verificar junto ao SINDILIMPE o resultado do pleito.

Parágrafo 1º - As assembleias poderão eleger um representante (Diretor ou Delegado) por empresa acima de 100 empregados, dependendo da conveniência do Sindicato Laboral, sendo vedada a eleição de mais de um representante por empresa.

Parágrafo 2º - O SINDILIMPE disponibilizará, em seu site na Internet, regulamento específico estabelecendo os termos das eleições, condições de elegibilidade e de participação como forma de garantia de amplo conhecimento e de participação de todos nos processos de escolha dos Delegados Sindicais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE E DELEGADO SINDICAL.

As empresas se comprometem a liberar, automaticamente, os dirigentes sindicais, assim que solicitados oficialmente pelo Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 48 (Quarenta e Oito) horas, salvo por motivo de greve que deverá solicitar oficialmente com antecedência mínima de 24 (Vinte e Quatro) horas. A liberação de que trata esta Cláusula não poderá exceder a 06 (seis) dias/mês ininterruptos, limitado a 72 (setenta e dois) dias/ano, nem ocorrer mais de uma vez no mesmo mês, ou de comum acordo com a empresa empregadora. Uma vez atendido ao previsto neste dispositivo, a liberação será remunerada.

Parágrafo 1º - No caso de liberação do Delegado Sindical, pelo prazo de até 07 dias, seu salário será pago pelo SINDILIMPE, ficando os demais consectários legais a cargo da empresa empregadora. Quando ocorrer afastamento, por período superior a 07 dias, o salário e seus respectivos reflexos ficarão sob encargo do SINDILIMPE, sendo que, em qualquer dos casos, a referida liberação não poderá impor restrição na percepção e gozo das férias e do décimo terceiro.

Parágrafo 2º - A liberação de dirigente sindical se dará nas seguintes condições: os primeiros trinta dias serão pagos pela empresa empregadora e debitada em desfavor do SINDILIMPE quando do recolhimento da mensalidade sindical. A partir do 31º dia o empregado liberado será colocado à disposição do SINDILIMPE e retirado da folha de pagamento.

Parágrafo 3º - Fica convencionado que, para participação de eventos do Sindicato (congressos, encontros ou reuniões), as empresas do segmento que não possui em seu quadro empregado a disposição do SINDILIMPE/ES, a cada 06 (seis) meses, será liberado um trabalhador de base indicado pela categoria ou pela diretoria do sindicato. A liberação do empregado será pelo limite máximo de 05 dias por semestre, sendo custeado pelo Empregador. As empresas que já possuem empregados a disposição do SINDILIMPE ficam desobrigadas a cumprir este parágrafo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - AFASTAMENTO DO DIRETOR SINDICAL.

Para permitir o desempenho da função de Diretor Sindical, as empresas consentirão com o afastamento de 01 (um) Diretor do Sindicato Profissional, escolhido em assembleia eleitoral da categoria. Neste caso, o afastamento será considerado como efetivo exercício da atividade, portanto, sem prejuízo da remuneração e de todas as vantagens que o sindicalista teria se estivesse atuando diretamente na empresa, sendo pagos pela empresa empregadora.

Parágrafo Único - Fica vedada a liberação de mais de um dirigente sindical vinculado à mesma empresa. O disposto nesta cláusula aplicar-se-á, inclusive, aos delegados sindicais.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL DE FORTALECIMENTO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL.

Por força de deliberação e aprovação expressa da Assembleia Geral dos Trabalhadores representados pelo SINDILIMPE/ES realizada em 21/01/2025, assegurada a participação de toda a categoria, os empregadores descontarão mensalmente, a título de mensalidade sindical dos trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento coletivo, o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do salário de seu empregado limitado ao máximo de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) por mês, sendo os valores estabelecidos repassados para o SINDILIMPE/ES.

Parágrafo 1º - Os valores descontados deverão ser repassados no máximo até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês trabalhado e constar de relatório mensal contendo nome, salário e CPF, com relação nominal e salarial dos empregados que sofreram desconto, será enviado por e-mail ou impresso, juntamente com o comprovante do pagamento ao Sindicato Laboral, do boleto bancário ou pagamento para o Sindicato.

Parágrafo 2º - Nos casos de pagamento via boleto bancário, sempre no dia subsequente ao recolhimento, as empresas deverão enviar cópia do comprovante, informando o mês de referência, o tipo de recolhimento e o nome da empresa recolhadora, devendo as empresas

manter os referidos descontos e repasses em períodos de renegociação da Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 3º - A suspensão do recolhimento (direito de oposição), conforme estabelecida no caput desta cláusula, poderá ser feita desde a assinatura da Convenção Coletiva da Categoria até 30 (trinta) dias após a realização do primeiro desconto, devendo observar: a) a manifestação expressa pela negativa do desconto da contribuição de fortalecimento; b) a manifestação do direito de oposição pelo trabalhador, somente se efetivará por meio de carta pessoal, de próprio punho, individual, constando o nome completo e legível, número da CTPS e CPF, endereço do trabalhador, endereço e CNPJ da empresa para qual trabalha, local, data e assinatura; c) a carta de oposição deverá e só poderá ser apresentada pelo trabalhador na sede ou subsele do Sindicato Laboral, em 03 (três) vias, nas quais será registrada a data da entrega da carta e a identificação da pessoa que recebeu, sendo a primeira via remetida ao arquivo do Sindicato, a segunda via devolvida ao trabalhador, e a terceira via encaminhada pelo SINDILIMPE ao empregador no prazo de até 15 (quinze) dias; d) os efeitos do direito de oposição, valerão a partir da data do protocolo da manifestação do trabalhador na sede do respectivo Sindicato Laboral, bem como, após cumpridas as formalidades necessárias ao exercício desse direito; e) o trabalhador não terá direito de ser reembolsado/receber as contribuições já anteriormente descontadas.

Parágrafo 4º - Também por deliberação da Assembleia Geral dos Trabalhadores será descontado 1,5% (um e meio por cento), mensalmente, durante 8 (oito) meses consecutivos, a título de contribuição negocial, descontados e repassados nos mesmos moldes do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo 5º - Na hipótese de o trabalhador ser admitido após o período de oposição, o empregador realizará o desconto a partir da data de admissão até o limite previsto no parágrafo anterior. Sendo assegurado a suspensão do recolhimento (direito de oposição), conforme estabelecida no caput desta cláusula, até 30 (trinta) dias após a realização do primeiro desconto.

Parágrafo 6º - O trabalhador filiado ao Sindicato Laboral, é isento do pagamento da Contribuição Negocial prevista nos parágrafos quarto e quinto, uma vez que contribui com seu respectivo Sindicato Laboral através da Mensalidade Sindical.

Parágrafo 7º - Considerando que a contribuição negocial é destinada ao custeio da negociação coletiva da categoria, o direito de oposição deve ser específico, mediante manifestação expressa do trabalhador, podendo ser feita desde a assinatura da Convenção Coletiva da Categoria até 30 (trinta) dias após a realização do primeiro desconto, obedecendo as formalidades do parágrafo terceiro desta cláusula.

Parágrafo 8º - Por se tratar de Cláusula de gestão exclusiva do SINDILIMPE, a responsabilidade pela instituição, percentuais de cobrança e abrangência do desconto e inteiramente do Sindicato Laboral, ficando isentas as empresas e o SEACES de quaisquer ônus ou consequência perante seus empregados.

Parágrafo 9º - No caso de ajuizamento de ação para reaver o desconto a que se refere a presente cláusula, o SINDILIMPE compromete-se a ingressar no polo passivo da relação processual desde que notificada com antecedência de 72 horas, por escrito, arcando integralmente com os ônus decorrentes do quanto disposto na presente cláusula, quando efetivamente tenha recebido o repasse.

Parágrafo 10º - Na hipótese de notificação da empregadora pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para devolução ao empregado, da contribuição prevista por força desta cláusula, a empresa notificará imediatamente o SINDILIMPE, o qual se compromete a prestar informações ao fiscal do trabalho sobre os termos da negociação desta cláusula, e não obtendo êxito deverá arcar com os ônus decorrentes da autuação.

Parágrafo 11º - A retenção do desconto por parte do empregador ou a recusa do desconto injustificadamente, será caracterizado descumprimento do presente Aditivo à CCT 2025/2026.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - BENEFÍCIO SOCIAL PATRONAL.

Fica instituído o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Espírito Santo - IDESEACES, que será mantido através do repasse mensal da importância de R\$ 2,62 (Dois Reais e Sessenta e Dois Centavos) por empregado que esteja efetivamente trabalhando, não havendo repasse dos empregados que estejam afastados. Os valores serão pagos por todas as empresas contratantes que atuam no âmbito de representação do SEACES.

Parágrafo 1º - O pagamento será efetuado via depósito bancário identificado ou boleto bancário em nome do IDESEACES.

Parágrafo 2º - Cópia dos comprovantes de depósito, conjuntamente com a relação nominal dos empregados que efetivamente estejam trabalhando, serão enviadas ao sindicato Patronal no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recolhimento na data prevista.

Parágrafo 3º - AS empresas que não efetivarem o pagamento dos boletos e não entregar a relação de trabalhadores, conforme parágrafo anterior, se chamada a regularizar o repasse e, não o fizer no prazo de 05 dias, será penalizada com multa por descumprimento do presente Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL.

As empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo poderão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, com recursos próprios oriundos dos empregadores, cujo valor, determinado em assembleia, vinculado ao número de empregados existentes na empresa em junho de cada ano, atestado pelo CAGED, será:

a) Empresa com até 500 (quinhentos) empregados: valor equivalente a $\frac{1}{2}$ (meio) piso salarial base da categoria vigente.

b) Empresa com mais de 500 (quinhentos) empregados: Valor equivalente a um piso salarial base da categoria vigente.

Parágrafo único - Esse valor poderá ser pago em 2 (duas) parcelas, de igual valor, com vencimento nos meses de julho e agosto de 2026.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL.

Fica pactuado, por aprovação expressa em Assembleia Geral de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas, não associadas, que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal recolherão, em favor do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS NO ESTADO DO ES, CNPJ n. 31.800.865/0001-66, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL no valor de R\$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais), para a assistência a todos e não somente a associados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES SINDICAIS.

No dia em que se realizarem eleições sindicais do SINDILIMPE será permitida a instalação de uma urna no interior da empresa, desde que requerido pelo SINDILIMPE, no prazo mínimo de 20 (vinte) dias e autorizado pelo contratante e em local previamente acordado, bem como o acesso de mesários e fiscais do processo eleitoral. A empresa autorizará o deslocamento interno de seus empregados associados para votarem, sem prejuízo da atividade laboral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE.

Por força deste Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, as empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo, para participarem das Licitações Públicas nas modalidades de Concorrência, Tomada de Preços, Carta Convite e Pregão, promovidas no território do Estado do Espírito Santo, mesmo que não previsto no Edital, apresentarão ao licitante Declarações de adimplência da empresa com todas as obrigações pactuadas na Convenção Coletiva e Aditivos, cabendo aos sindicatos patronal e laboral expedirem os mencionados documentos.

Parágrafo 1º - Considera-se obrigações sindicais, para efeitos da certificação, o seguinte: a) Cumprimento integral desta CCT; b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas; c) Recolhimento regular do FGTS e INSS; d) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente a matéria trabalhista; e) Comprovante de quitação com o Seguro de Vida.

Parágrafo 2º- A falta da Declaração de que trata este dispositivo ou sua apresentação com prazo de validade vencido, que será de 30 (trinta) dias, possibilitará às demais empresas concorrentes ou mesmo às entidades convenientes ingressar com o respectivo pedido de impugnação da empresa inadimplente, junto ao órgão licitante, visando a exclusão da mesma ou, em Juízo, tornar sem efeito o processo licitatório.

Parágrafo 3º - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Licitações ou as empresas alcançadas por este instrumento levarão ao conhecimento dos tomadores de serviços, em processos licitatórios, o teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como das variações salariais ocorridas durante sua vigência.

Parágrafo 4º - Os sindicatos profissional e laboral expedirão Declaração de que trata este dispositivo, desde que esteja a empresa regularizada com as obrigações sindicais desta e das demais cláusulas da norma coletiva em vigor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, após a solicitação formal do documento.

Parágrafo 5º - Na Declaração de Regularidade expedida pelo Sindicato Patronal constará o valor do capital social da empresa que originou o recolhimento da Contribuição Sindical anual.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE.

O SINDILIMPE emitirá anualmente certidão de regularidade com todas as obrigações pactuadas na Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 1º - Para a emissão da referida certidão será necessário o cumprimento integral da presente CCT e: a) Cadastro no SINDILIMPE com indicação do posto de trabalho e contratante; b) Apresentação das 02 (duas) últimas folhas de pagamento; c) apresentação da GFIP e RE dos 02 (dois) últimos meses; d) Certidão de regularidade do INSS (sendo aceita positiva com efeito de negativa); e) certidão de regularidade do FGTS; f) Comprovação de recolhimento da mensalidade assistencial dos últimos 03 (três)

meses; g) Comprovação de recolhimento do IDESBRE dos últimos 03 (três) meses; h) Certidão de débitos trabalhistas (sendo aceito positiva com efeito de negativa).

Parágrafo 2º - Para manutenção da validade da referida certidão, as empresas deverão enviar mensalmente ao SINDILIMPE, os seguintes comprovantes; a) Comprovação semestral de regularidade do INSS (sendo aceita positiva com efeito de negativa); b) Comprovação bimestral de regularidade do FGTS; c) Envio mensal do CAGED; d) Comprovação mensal de recolhimento da mensalidade assistencial ou taxa negocial; e) Comprovação mensal de recolhimento do IDESBRE; f) Comprovação semestral de regularidade de débitos trabalhistas (sendo aceito positiva com efeito de negativa).

Parágrafo 3º - Não havendo o cumprimento das obrigações dispostas no parágrafo 2º desta cláusula, o SINDILIMPE notificará a empresa, a qual terá o prazo de 15 (quinze) dias para regularização. Não havendo a regularização no prazo estipulado a certidão perderá sua validade.

Parágrafo 4º - As empresas que possuírem a certidão válida, prevista nesta cláusula, estão dispensadas da realização de homologação.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

As partes signatárias estabelecem que manterão em funcionamento a Comissão de Conciliação Prévia do Setor de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana, que terá por objetivo promover o entendimento em controvérsias individuais e coletivas, de demandas individuais e coletiva de igual natureza para até 15 (quinze) empregados, entre Empresas do segmento e trabalhador(es), entre Empresas do segmento e Sindicato representante dos trabalhadores e entre os Sindicatos convenientes, buscando dar solução, pela via da livre negociação, às demandas apresentadas.

Parágrafo 1º - As empresas abrangidas por esta CCT que, convocadas a comparecerem em audiência da CCP, a fim de dirimir demandas e deixarem de fazê-lo, sem motivo justo, estará descumprindo o disposto na CCT e, portanto, estarão sujeitas às sanções nela estabelecidas.

Parágrafo 2º - Para custeio das despesas da Comissão de Conciliação Prévia, e somente sendo permitida a aplicação dos recursos neste objeto, será cobrado da empresa convocada à CCP o valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais) por audiência ou reunião.

Parágrafo 3º - O não comparecimento injustificado da empresa, quando previamente notificados, ensejará multa de R\$ 200,00 (Duzentos Reais), que será revertida exclusivamente em favor da Comissão de Conciliação Prévia, com o objetivo de custear as despesas.

Parágrafo 4º - Fica convencionado que os Sindicatos pactuantes indicarão, na forma da lei, no mínimo 04 (quatro) integrantes efetivos para a Comissão, sendo que esses integrantes participarão das audiências de conciliação em regime de rotatividade, aleatoriamente definido pela entidade à qual pertence o representante.

Parágrafo 5º - A Comissão de Conciliação Prévia, nas suas sessões de conciliação, não poderá elidir o pagamento de multas por descumprimento da presente CCT, mesmo que o descumprimento tenha atingido o trabalhador, parte da demanda, exceto se, comprovadamente, inexistir na lide referido descumprimento.

Parágrafo 6º - A Comissão se reunirá uma vez por semana, podendo, em caso de aumento de demandas, aumentar o número de reuniões para duas, sendo que nas audiências serão conciliadas as demandas previamente apresentadas e, em caso de necessidade, estando presentes as partes, aquelas de interesse dos empregados e empregadores respeitando-se a formalidade dos pedidos e a correlação com o assunto ao qual houve a convocação da empresa e o direito à ampla defesa.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO.

O descumprimento deste instrumento coletivo, ressalvada as hipóteses das Cláusulas que possuem penalidade própria e aplicação imediata (hipótese em que é desnecessária a convocação de reunião pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP), implicará em notificação pelo SINDILIMPE ao SEACES, e este (SEACES) convocará (através de SEDEX, e-mail) a empresa no prazo máximo de 24h00min (vinte e quatro horas). Após a convocação, no prazo máximo de 48h00min (quarenta e oito horas) úteis improrrogáveis, a empresa comparecerá ao SEACES, em reunião de mediação designada, munida da documentação necessária à comprovação da observância da Convenção, sob pena de, não o fazendo, caracterizar o descumprimento da CCT e/ou CLT.

Parágrafo 1º - Inexistindo composição acerca do descumprimento será a empresa imediatamente convocada a participar na primeira reunião seguinte da Comissão de Conciliação Prévia para solucionar a demanda. O acordo efetuado, bem como sua inexistência constituirá título comprobatório de observância ou violação das regras da CCT e/ou CLT. Este parágrafo não se aplica nas hipóteses de Cláusulas que possuem penalidade própria e aplicação imediata.

Parágrafo 2º - O presente instrumento coletivo de trabalho é celebrado dentro do princípio do conglobamento respeitando-se a garantia da observância da norma mais benéfica, ficando o Sindicato Patronal e/ou as empresas responsáveis pela assunção de penalidades decorrentes da inobservância de toda e qualquer decisão judicial que deixar de ser cumprida, a partir da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DAS MULTAS.

Mediante verificação ou denúncia de descumprimento do presente Aditivo à CCT 2025/2026 serão aplicadas as seguintes sanções:

Parágrafo 1º – Na hipótese de descumprimento de cláusulas desta CCT, os sindicatos, econômico e laboral, realizarão, mediação visando sanar o descumprimento, ressalvada as hipóteses das Cláusulas que possuem penalidade própria e aplicação imediata (hipótese em que é desnecessária a convocação de reunião pelo SINDILIMPE no SEACES ou na CCP).

Parágrafo 2º – Caso a empresa ou empresas descumpridoras não regularizem a situação em 24 (Vinte e Quatro) horas após a mediação, comprovando posteriormente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao SINDILIMPE a regularização ou sendo esta reincidente caracterizar-se-á o descumprimento, a parte causadora estará obrigada a pagar a multa prevista nesta cláusula.

Parágrafo 3º - A parte (empresa ou sindicatos) que deixar de cumprir com os termos das cláusulas fixadas neste instrumento coletivo, excluído as cláusulas que possuem penalidade própria e aplicação imediata, será penalizada com multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por cláusula descumprida e por trabalhador prejudicado, além de correção e juros de mora de 0,33% ao dia, até a efetiva regularização e pagamento da multa que causou a aplicação da sanção.

Parágrafo 4º - Exclusivamente nos casos previsto no § 1º da presente clausula, havendo omissão quanto a efetividade das penalidades previstas, o sindicato econômico poderá demandar em face do sindicato laboral a cobrança de tal penalidade, conforme valores estipulados no § 3º, devendo o valor arrecadado ser revertido em favor da entidade.

Parágrafo 5º - O valor apurado com a aplicação da multa pelo descumprimento desta CCT, após o pagamento pela empresa descumpridora, será dividido e distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) serão revertidos em favor do trabalhador ou trabalhadores atingidos; 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao SINDILIMPE; 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados para o SEACES.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - REAPROVEITAMENTO PROFISSIONAL.

As empresas do segmento empresarial que forem sucedidas e sucessoras em contratos públicos e privados de prestação de serviço, reaproveitarão no todo ou em parte a critério da empresa sucessora, a mão de obra disponibilizada pelo encerramento dos contratos de trabalho, ressalvado, os casos de estabilidade, firmando acordos individuais com o SINDILIMPE, visando estabelecer as condições para a transferência dos empregados, devendo este ser averbado pelo Sindicato Patronal, observando em sua integralidade a redação da Súmula n.º 276 do TST (Súmula nº 276 do TST AVISO PRÉVIO. RENÚNCIA PELO EMPREGADO – O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego).

Parágrafo 1º - Aos empregados reaproveitados é vedado firmar contrato de experiência, sendo considerado descumprimento da presente CCT a inobservância. Os empregados que não forem reaproveitados na empresa sucessora, a empresa sucedida, se não houver local para transferi-lo, dentro da região metropolitana ou no município em que está lotado, fica obrigada a pagar-lhes todas as verbas rescisórias. Havendo a transferência, esta não poderá violar os preceitos da Súmula nº 29 do TST.

Parágrafo 2º - No prazo máximo e improrrogável de 20 (Vinte) dias antes do término do contrato, a empresa sucedida deverá apresentar listagem completa dos empregados que tem interesse em permanecer no posto de serviço e os que não tem interesse. A empresa sucessora, no prazo máximo e improrrogável de 10 (Dez) dias, após o recebimento da listagem deverá informar quais empregados serão reaproveitados e os que não serão reaproveitados.

Parágrafo 3º - Não havendo apresentação da listagem dos empregados pela empresa sucedida, no prazo previsto no parágrafo 2º, não isenta a empresa sucessora a cumprir a presente cláusula, devendo encaminhar ao SINDILIMPE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a relação dos trabalhadores reaproveitados. Excepcionalmente, nos casos em que não houver aviso prévio da empresa sucedida pelo contratante, a mesma deverá apresentar listagem no prazo improrrogável de 48h após a ciência do término do contrato, devendo comprovar a data da ciência, e será convocada a empresa sucessora para no prazo máximo e improrrogável de 05 (Cinco) dias, após o recebimento da listagem informar quais empregados serão reaproveitados e os que não serão reaproveitados.

Parágrafo 4º - As empresas que não cumprirem os prazos estipulados, serão penalizados com a aplicação de multa por descumprimento de convenção. **Parágrafo 5º** - Desde que não haja aproveitamento do empregado na empresa sucessora, a empresa sucedida ficará obrigada a efetuar a demissão imotivada do empregado, garantindo-lhe integralmente o pagamento de todas as verbas a que faz jus, exceto havendo outro posto de trabalho, onde o empregado poderá ser transferido.

Parágrafo 6º - Quando a empresa entregar aviso prévio a seu empregado, em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e, por qualquer motivo der continuidade ao contrato, serão desconsiderados os avisos.

Parágrafo 7º - Em caso de encerramento de contrato entre a empresa e seu contratante, se identificados mais de 03 (três) solicitações de demissão pelos trabalhadores em prazo inferior a 30 dias do encerramento do aludido contrato, a empresa será convocada pelo sindicato laboral para justificar esses desligamentos.

Parágrafo 8º - No encerramento do contrato entre a empresa de asseio e conservação e o tomador, persistindo pendência de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa sucessora nos contratos com o mesmo tomador, reaproveitar a mão-de-obra da empresa sucedida, efetuando a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador, independentemente da devida baixa no contrato anterior, que se concretizará com a homologação da rescisão na entidade sindical laboral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO.

As empresas abrangidas por este Aditivo à CCT 2025/2026 reconhecem a legitimidade dos Sindicatos Profissional e Patronal para solidária ou independentemente, ajuizar Ação Coletiva ou Individual de Cumprimento perante a Justiça do Trabalho, no caso de transgressão de qualquer cláusula desta Convenção, cabendo ao Sindicato Profissional à cobrança dos valores devidos ao trabalhador.

Parágrafo Único - As empresas abrangidas por este Instrumento Coletivo de Trabalho levarão ao conhecimento dos tomadores de serviços o inteiro teor da presente convenção coletiva de trabalho, bem como das variações salariais ocorridas durante sua vigência, considerando em suas planilhas de custos as obrigações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES.

Fica estabelecida a criação de comissão paritária de Acompanhamento e Fiscalização de Licitações, composta por 02 (dois) representantes indicados pelo sindicato laboral e 02 (dois) representantes indicados pelo sindicato patronal, não podendo ser empresário.

Parágrafo 1º - A comissão deverá atuar como órgão auxiliar das entidades contratantes e se reunirá, sempre que necessário, na sede do sindicato patronal para avaliar processos licitatórios e de contratações em andamento, no âmbito da administração pública estadual, municipal e federal e no setor privado, devendo opinar sobre providências em casos duvidosos ou de comprovadas irregularidades.

Parágrafo 2º - Dependendo de cada situação, a comissão de fiscalização poderá em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemática financeira do preço (inexequível) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Parágrafo 3º - As partes poderão contratar assessoria jurídica para adotar as medidas cabíveis nos casos de possíveis irregularidades.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO.

Em nome da valorização social do trabalho, prevista no inciso IV, do artigo 1º, da Constituição Federal c/c com o reconhecimento constitucional previsto no inciso XXVI, do artigo 7º, também da Constituição Federal, os Sindicatos Convenientes acordam que as cláusulas econômicas e benefícios estabelecidos em acordos coletivos de trabalho não poderão ter condições inferiores ao da presente convenção coletiva de trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento, indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DA APOSENTADORIA ESPECIAL.

Os empregados que exercerem a função de Auxiliares de Serviços de Limpeza Hospitalar, em trabalhos não ocasionais nem intermitentes em estabelecimentos de saúde em contato com os ambientes (quartos e/ou banheiros) contaminados de pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, além da percepção do adicional de insalubridade em grau máximo (40%), estas serão consideradas condições especiais para enquadramento conforme Anexo IV do RPS (Regulamento da Previdência Social). Exclusivamente para estes casos, as empresas deverão preencher o campo 13.7 do PPP com o Código GFIP 04.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DO RISCO PORTUÁRIO

EXCLUSIVAMENTE, para empresas prestadoras de serviço nas áreas da: ARCELORMITTAL (ANTIGA CST), SAMARCO, SIMEC (ANTIGA BELGO MINEIRA), VALE, VLI/ FCA, VPORTS (ANTIGA CODESA), PORTOCEL E JURONG, PETROBRÁS, SEACREST, TRANSPETRO E DEMAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS, que possui porto, fica instituído o Adicional de risco Portuário, no percentual de 20% (Vinte Por Cento), devido a todos os Auxiliares de Serviços Gerais de Limpeza Predial que auxiliam na realização de amarração

e desamarração de navios em portos públicos, privados e misto, calculado sobre o salário base. O Pagamento do referido adicional, não desobriga o cumprimento da cláusula Décima da CCT 2025/2026

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO.

As controvérsias resultantes da aplicação das normas contidas neste Aditivo à Convenção coletiva de Trabalho 2025 serão dirimidas pela Justiça do Trabalho da 17ª Região, por estarem assim justas e acordadas, e para que surtam seus efeitos jurídicos, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitória/ES, 19 de janeiro de 2026.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - TABELAS

I - TABELA DE ATUAÇÃO ÁREA GERAL			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AJUDANTE		1.553,88	1.682,70
AJUDANTE DE CAMPO		1.838,80	1.991,24
ALMOXARIFE		1.964,81	2.127,69
APONTADOR		2.052,70	2.222,87
APONTADOR DE PRODUÇÃO		2.052,70	2.222,87
ARRECADADOR		2.218,57	2.402,49
ARRUMADEIRA		1.553,88	1.682,70
ARTÍFICE		2.014,81	2.181,84
ASCENSORISTA		1.684,08	1.823,69
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		2.105,20	2.279,72
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES		2.205,17	2.387,98
ATENDENTE COMERCIAL		2.584,75	2.799,03
ATENDENTE DE PORTARIA		1.889,98	2.046,66
ATENDENTE I		1.553,88	1.682,70
ATENDENTE II		1.752,61	1.897,90
ATENDENTE III		1.980,41	2.144,59
ATENDENTE EM HOSPITAIS	40%	2.105,20	2.279,72
AUXILIAR ADMINISTRATIVO		1.824,45	1.975,70
AUXILIAR DE ALMOXARIFE		1.824,45	1.975,70
AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL		2.105,20	2.279,72
AUXILIAR DE DESCARGA DE VAGÕES		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE DESINSETIZAÇÃO		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO		2.105,20	2.279,72
AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE INFORMÁTICA		2.707,58	2.932,04
AUXILIAR DE INSPEÇÃO		1.664,61	1.802,61
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		1.819,25	1.970,07
AUXILIAR DE MEDIÇÃO		2.052,70	2.222,87
AUXILIAR DE PISTA		1.622,43	1.756,93
AUXILIAR DE PRODUÇÃO		2.205,17	2.387,98
AUXILIAR DE SECRETARIA		2.105,20	2.279,72
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CONVENCIONAL		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BANHEIRISTA	40%	1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA PREDIAL	20%	1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA LAVADORA	40%	1.638,12	1.773,92
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA	40%	1.638,12	1.773,92
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA DIRIGÍVEL	40%	1.638,12	1.773,92
AUXILIAR DE SUPERVISÃO		1.953,45	2.115,39

AUXILIAR TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		2.707,58	2.932,04
BORRACHEIRO		2.246,60	2.432,84
CABO DE TURMA		1.964,81	2.127,69
CALDEREIRO		2.312,81	2.504,54
CHEFE DE OPERAÇÕES		2.723,35	2.949,12
COLETOR DE LIXO INDUSTRIAL	40%	2.052,70	2.222,87
COLETOR DE RESÍDUOS HOSPITALAR	40%	2.052,70	2.222,87
COLETOR DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	40%	2.052,70	2.222,87
CONTROLADOR DE ESTACIONAMENTO		1.684,08	1.823,69
CONTROLADOR DE PESAGEM		2.052,70	2.222,87
CONTROLADOR DE VEÍCULOS		1.684,08	1.823,69
COPEIRA		1.553,88	1.682,70
COVEIRO	40%	2.005,41	2.171,66
CUIDADOR EM SAÚDE ESCOLAR JORNADA DIÁRIA DE 6 HORAS	20%	1.553,88	1.682,70
DESINSETIZADOR		1.824,45	1.975,70
ENCARREGADO		2.368,24	2.614,57
ENCARREGADO HOSPITALAR	40%	2.368,24	2.614,57
EXECUTOR I		1.553,88	1.682,70
EXECUTOR II		1.752,61	1.897,90
EXECUTOR III		1.980,41	2.144,59
EXECUTOR LÍDER		2.271,62	2.459,94
FERRAMENTEIRO		1.765,67	1.912,04
FISCAL		2.105,20	2.279,72
GARAGISTA		1.553,88	1.682,70
GARÇON		1.553,88	1.682,70
INSPETOR		1.939,29	2.100,06
JARDINEIRO		1.684,08	1.823,69
JATISTA		1.988,01	2.152,82
LAVADOR DE VEÍCULOS LEVES		1.553,88	1.682,70
LAVADOR DE VEÍCULOS PESADOS		1.684,08	1.823,69
LÍDER DE TURMA		1.622,43	1.756,93
LIMPADOR INTERNO DE VEÍCULO PESADO		1.553,88	1.682,70
MANOBRISTA		2.127,91	2.304,31
MAQUEIRO		1.553,88	1.682,70
MECÂNICO		1.680,05	1.819,33
MENSAGEIRO		1.553,88	1.682,70
MERENDEIRA JORNADA DIÁRIA DE 8 HORAS	20%	2.044,00	2.213,45
MONITOR		2.205,17	2.387,98
NUTRICIONISTA		3.488,63	3.777,84
OFFICE BOY		1.553,88	1.682,70
OPERADOR DE BALANÇA		2.052,70	2.222,87
OPERADOR DE CALL CENTER		2.584,75	2.799,03
OPERADOR DE DRAGA		2.707,10	2.931,52
OPERADOR DE ETE E ETA		2.707,10	2.931,52
OPERADOR DE FOTOCOPIADORAS		1.684,08	1.823,69
OPERADOR DE GIRO ZERO		2.707,10	2.931,52
OPERADOR DE LAVA JATO		1.684,08	1.823,69
OPERADOR DE MAQUETE		2.205,17	2.387,98
OPERADOR DE MÁQUINA EMPILHADEIRA		2.357,84	2.553,30
OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA	20%	1.819,25	1.970,07
OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA		1.745,35	1.890,04
OPERADOR DE MICRO-TRATOR		2.333,51	2.526,96
OPERADOR DE MOTO SERRA	20%	1.866,76	2.021,51
OPERADOR DE PICOTADEIRA DE MADEIRA		1.824,45	1.975,70
OPERADOR DE PRODUÇÃO		1.824,45	1.975,70

OPERADOR DE SERVIÇOS EXTERNOS		2.300,68	2.491,41
OPERADOR DE VIDEOMONITORAMENTO DE CFTV		2.052,70	2.222,87
PATINADOR		1.606,96	1.740,18
PINTOR		1.553,88	1.682,70
PISCINEIRO (ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO DE PISCINAS)		1.824,45	1.975,70
PORTEIRO		1.721,89	1.864,63
PORTEIRO HOSPITALAR	20%	1.722,89	1.865,72
PREPOSTO		2.245,56	2.431,72
RECEPCIONISTA		2.105,20	2.279,72
RECEPCIONISTA EM HOSPITAIS	20%	2.105,20	2.279,72
RECEPCIONISTA BILÍNGUE		2.245,56	2.431,72
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS	20%	1.910,27	2.068,63
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS CONDUTOR DE EMBARCAÇÃO E MOTONAUTA	20%	2.027,97	2.196,09
SECRETÁRIA EXECUTIVA HOSPITALAR (CURSO SUPERIOR EM QUALQUE ÁREA)		6.057,18	6.559,32
SERVENTE		1.553,88	1.682,70
SUPERVISOR		2.407,84	2.607,45
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO		2.501,36	2.708,72
SUPERVISOR DE OPERAÇÕES		2.407,84	2.607,45
TAQUÍGRAFO		2.843,20	3.078,90
TÉCNICO AGRÍCOLA		2.003,42	2.169,50
TÉCNICO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO		2.052,70	2.222,87
TÉCNICO DE SUPORTE OPERACIONAL HOSPITALAR		6.057,18	6.559,32
TÉCNICO EM MECÂNICA		2.624,71	2.842,30
TÉCNICO GASISTA		2.529,84	2.739,56
ZELADOR		1.553,88	1.682,70

II - TABELA DE ATUAÇÃO ÁREA INDUSTRIAL

(AMBEV, CARBOINDUSTRIAL, CARBODERIVADOS, CHOCOLATES GAROTO, EDP (ANTIGA ESCELSA), PARANAPANEMA (ANTIGA ELUMA), FURNAS, EVONIK DEGUSSA, REALCAFÉ (TRISTÃO CAFÉ), ROCCA, RJR (COCA-COLA), USIMINAS, UNIÃO FABRICAÇÃO E MONTAGEM LTDA. As demais empresas em áreas industriais, e que não estão previstas nesta tabela, bem como empresas a serviço de terceiros (terceirizadas) em área industrial, também deverão se ajustar aos pisos desta tabela.

FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AJUDANTE		1.720,00	1.862,59
AJUDANTE DE CAMPO		2.035,37	2.204,10
ALMOXARIFE		2.174,85	2.355,15
APONTADOR		2.262,46	2.450,02
APONTADOR DE PRODUÇÃO		2.262,46	2.450,02
ARRECADADOR		2.470,77	2.675,60
ARRUMADEIRA		1.720,00	1.862,59
ARTÍFICE		2.250,53	2.437,10
ASCENSORISTA		1.781,55	1.929,24
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		2.262,46	2.450,02
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES		2.262,46	2.450,02
ATENDENTE COMERCIAL		2.861,07	3.098,25
ATENDENTE DE PORTARIA		2.092,02	2.265,45
ATENDENTE I		1.781,55	1.929,24
ATENDENTE II		2.470,77	2.675,60
ATENDENTE III		2.953,57	3.198,42
ATENDENTE EM HOSPITAIS	40%	2.179,82	2.360,53

AUXILIAR ADMINISTRATIVO		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE ALMOXARIFE		1.889,49	2.046,13
AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE DESCARGA DE VAGÕES		1.720,00	1.862,59
AUXILIAR DE DESINSETIZAÇÃO		1.720,00	1.862,59
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO		1.720,00	1.862,59
AUXILIAR DE INFORMÁTICA		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE INSPEÇÃO		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		1.889,49	2.046,13
AUXILIAR DE MEDIÇÃO		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE PISTA		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE PRODUÇÃO		2.373,17	2.569,91
AUXILIAR DE SECRETARIA		2.262,46	2.450,02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CONVENCIONAL		1.720,00	1.862,59
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BANHEIRISTA	40%	1.720,00	1.862,59
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA PREDIAL	20%	1.720,00	1.862,59
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA LAVADORA	40%	1.813,24	1.963,56
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA	40%	1.813,24	1.963,56
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA DIRIGÍVEL	40%	1.813,24	1.963,56
AUXILIAR DE SUPERVISÃO		2.162,27	2.341,52
AUXILIAR TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		2.997,02	3.245,47
BORRACHEIRO		2.486,77	2.692,92
CABO DE TURMA		2.174,85	2.355,15
CALDEREIRO		2.509,96	2.718,04
CHEFE DE OPERAÇÕES		3.014,47	3.264,37
COLETOR DE LIXO INDUSTRIAL	40%	2.272,14	2.460,50
COLETOR DE RESÍDUOS HOSPITALAR	40%	2.272,13	2.460,49
COLETOR DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	40%	2.272,14	2.460,50
CONTROLADOR DE ESTACIONAMENTO		1.864,09	2.018,62
CONTROLADOR DE PESAGEM		2.262,46	2.450,02
CONTROLADOR DE VEÍCULOS		1.864,09	2.018,62
COPEIRA		1.720,00	1.862,59
COVEIRO	40%	2.219,79	2.403,81
CUIDADOR EM SAÚDE ESCOLAR	20%	1.719,99	1.862,58
DESINSETIZADOR		1.889,49	2.046,13
ENCARREGADO		2.801,53	3.083,78
ENCARREGADO HOSPITALAR	40%	2.801,53	3.083,78
EXECUTOR I		1.781,55	1.929,24
EXECUTOR II		2.200,53	2.382,95
EXECUTOR III		2.582,97	2.797,10
EXECUTOR LÍDER		2.514,46	2.722,91
FERRAMENTEIRO		1.954,43	2.116,45
FISCAL		2.200,53	2.382,95
GARAGISTA		1.720,00	1.862,59
GARÇON		1.720,00	1.862,59
INSPETOR		2.146,58	2.324,53
JARDINEIRO		1.749,09	1.894,09

JATISTA		2.200,53	2.382,95
LAVADOR DE VEÍCULOS LEVES		1.720,00	1.862,59
LAVADOR DE VEÍCULOS PESADOS		1.822,87	1.973,99
LÍDER DE TURMA		2.200,53	2.382,95
LIMPADOR INTERNO DE VEÍCULO PESADO		1.720,00	1.862,59
MANOBRISTA		2.355,39	2.550,65
MAQUEIRO		1.720,00	1.862,59
MECÂNICO		1.859,66	2.013,83
MENSAGEIRO		1.781,55	1.929,24
MERENDEIRA - 8 H	20%	2.290,45	2.480,33
MONITOR		2.373,17	2.569,91
NUTRICIONISTA		3.861,56	4.181,68
OFFICE BOY		1.720,00	1.862,59
OPERADOR DE BALANÇA		2.262,46	2.450,02
OPERADOR DE CALL CENTER		2.861,07	3.098,25
OPERADOR DE DRAGA		3.177,90	3.441,35
OPERADOR DE ETE E ETA		3.177,90	3.441,35
OPERADOR DE FOTOCOPIADORAS		1.781,55	1.929,24
OPERADOR DE GIRO ZERO		3.177,90	3.441,35
OPERADOR DE LAVA JATO		1.864,09	2.018,62
OPERADOR DE MAQUETE		2.373,17	2.569,91
OPERADOR DE MÁQUINA EMPILHADEIRA		2.727,41	2.953,51
OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA	20%	1.889,49	2.046,13
OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA		1.931,93	2.092,09
OPERADOR DE MICRO-TRATOR		2.582,97	2.797,10
OPERADOR DE MOTO SERRA	20%	2.066,32	2.237,62
OPERADOR DE PICOTADEIRA DE MADEIRA		1.889,49	2.046,13
OPERADOR DE PRODUÇÃO		1.889,49	2.046,13
OPERADOR DE SERVIÇOS EXTERNOS		2.546,63	2.757,75
OPERADOR DE VIDEOMONITORAMENTO DE CFTV		2.373,17	2.569,91
PATINADOR		1.781,55	1.929,24
PINTOR I		1.720,00	1.862,59
PISCINEIRO (ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO DE PISCINAS)		2.262,46	2.450,02
PORTEIRO		1.781,55	1.929,24
PREPOSTO		2.768,76	2.998,29
RECEPCIONISTA		2.179,82	2.360,53
RECEPCIONISTA EM HOSPITAIS	40%	2.179,82	2.360,53
RECEPCIONISTA BILÍNGUE		2.768,76	2.998,29
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS	20%	2.114,49	2.289,78
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS CONDUTOR DE EMBARCAÇÃO E MOTONAUTA	20%	2.244,73	2.430,82
SECRETÁRIA EXECUTIVA HOSPITALAR (CURSO SUPERIOR EM QUALQUE ÁREA)		6.704,70	7.260,52
SERVENTE		1.720,00	1.862,59
SUPERVISOR		2.818,76	3.052,44
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO		2.818,76	3.052,44
SUPERVISOR DE OPERAÇÕES		2.818,76	3.052,44
TAQUÍGRAFO		3.147,14	3.408,04
TÉCNICO AGRÍCOLA		2.217,59	2.401,43

TÉCNICO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO		2.262,46	2.450,02
TÉCNICO DE SUPORTE OPERACIONAL HOSPITALAR		6.704,70	7.260,52
TÉCNICO EM MECÂNICA		3.001,35	3.250,16
TÉCNICO GASISTA		2.800,27	3.032,41
ZELADOR		1.720,00	1.862,59

III - TABELA DE ATUAÇÃO ÁREA DA PETROBRÁS, SEACREST E DEMAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AJUDANTE		1.897,46	2.054,76
AJUDANTE DE CAMPO		2.156,00	2.334,73
ALMOXARIFE		2.399,17	2.598,06
APONTADOR		2.494,68	2.701,49
APONTADOR DE PRODUÇÃO		2.494,68	2.701,49
ARRECADADOR		2.709,09	2.933,67
ARRUMADEIRA		1.897,46	2.054,76
ARTÍFICE		2.380,86	2.578,23
ASCENSORISTA		2.056,42	2.226,90
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		2.396,45	2.595,12
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES		2.692,62	2.915,84
ATENDENTE COMERCIAL		3.156,24	3.417,89
ATENDENTE DE PORTARIA		2.307,87	2.499,19
ATENDENTE I		2.006,44	2.172,77
ATENDENTE II		2.709,09	2.933,67
ATENDENTE III		3.128,50	3.387,85
ATENDENTE EM HOSPITAIS	40%	2.308,93	2.500,34
AUXILIAR ADMINISTRATIVO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE ALMOXARIFE		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE DESCARGA DE VAGÕES		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE DESINSETIZAÇÃO		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE INFORMÁTICA		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE INSPEÇÃO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE MEDIÇÃO		2.494,68	2.701,49
AUXILIAR DE PISTA		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE PRODUÇÃO		2.513,74	2.722,13
AUXILIAR DE SECRETARIA		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CONVENCIONAL		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BANHEIRISTA	40%	2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA PREDIAL	20%	2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA LAVADORA	40%	2.000,32	2.166,15

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA	40%	2.000,32	2.166,15
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA DIRIGÍVEL	40%	2.000,32	2.166,15
AUXILIAR DE SUPERVISÃO		2.385,35	2.583,10
AUXILIAR TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		3.306,23	3.580,32
BORRACHEIRO		3.250,52	3.519,99
CABO DE TURMA		2.399,23	2.598,13
CALDEREIRO		2.782,80	3.013,49
CHEFE DE OPERAÇÕES		3.325,49	3.601,17
COLETOR DE LIXO INDUSTRIAL	40%	2.494,68	2.701,49
COLETOR DE RESÍDUOS HOSPITALAR	40%	2.494,68	2.701,49
COLETOR DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	40%	2.494,68	2.701,49
CONTROLADOR DE ESTACIONAMENTO		2.056,42	2.226,90
CONTROLADOR DE PESAGEM		2.494,68	2.701,49
CONTROLADOR DE VEÍCULOS		2.056,42	2.226,90
COPEIRA		2.006,44	2.172,77
COVEIRO	40%	2.448,81	2.651,82
CUIDADOR EM SAÚDE ESCOLAR	20%	2.006,44	2.172,77
DESINSETIZADOR		2.006,44	2.172,77
ENCARREGADO		2.961,25	3.256,74
ENCARREGADO HOSPITALAR	40%	2.961,25	3.256,74
EXECUTOR I		2.006,44	2.172,77
EXECUTOR II		2.330,86	2.524,09
EXECUTOR III		3.183,44	3.447,35
EXECUTOR LÍDER		2.948,04	3.192,43
FERRAMENTEIRO		2.089,55	2.262,77
FISCAL		2.494,68	2.701,49
GARAGISTA		2.006,44	2.172,77
GARÇON		2.006,44	2.172,77
INSPETOR		2.273,81	2.462,31
JARDINEIRO		2.006,44	2.172,77
JATISTA		2.330,86	2.524,09
LAVADOR DE VEÍCULOS LEVES		2.006,44	2.172,77
LAVADOR DE VEÍCULOS PESADOS		2.006,44	2.172,77
LÍDER DE TURMA		2.485,22	2.691,24
LIMPADOR INTERNO DE VEÍCULO PESADO		2.006,44	2.172,77
MANOBRISTA		2.712,64	2.937,52
MAQUEIRO		2.006,44	2.172,77
MECÂNICO		2.497,40	2.704,43
MENSAGEIRO		2.006,44	2.172,77
MERENDEIRA 8H	20%	2.418,25	2.618,72
MONITOR		2.692,62	2.915,84
NUTRICIONISTA		4.090,42	4.429,52
OFFICE BOY		2.006,44	2.172,77
OPERADOR DE BALANÇA		2.494,68	2.701,49
OPERADOR DE CALL CENTER		3.156,24	3.417,89
OPERADOR DE DRAGA		3.595,70	3.893,78
OPERADOR DE ETE E ETA		3.595,70	3.893,78
OPERADOR DE FOTOCOPIADORAS		2.006,44	2.172,77
OPERADOR DE GIRO ZERO		3.595,70	3.893,78
OPERADOR DE LAVA JATO		2.006,44	2.172,77

OPERADOR DE MAQUETE		2.692,62	2.915,84
OPERADOR DE MÁQUINA EMPILHADEIRA		2.888,95	3.128,44
OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA	20%	2.348,98	2.543,71
OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA		2.046,35	2.215,99
OPERADOR DE MICRO-TRATOR		3.183,44	3.447,35
OPERADOR DE MOTO SERRA	20%	2.188,71	2.370,15
OPERADOR DE PICOTADEIRA DE MADEIRA		2.006,44	2.172,77
OPERADOR DE PRODUÇÃO		2.006,44	2.172,77
OPERADOR DE SERVIÇOS EXTERNOS		2.948,04	3.192,43
OPERADOR DE VIDEOMONITORAMENTO DE CFTV		2.513,74	2.722,13
PATINADOR		2.006,44	2.172,77
PINTOR I		2.006,44	2.172,77
PISCINEIRO (ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO DE PISCINAS)		2.396,45	2.595,12
PORTEIRO		2.102,60	2.276,91
PREPOSTO		3.250,52	3.519,99
RECEPCIONISTA		2.308,93	2.500,34
RECEPCIONISTA EM HOSPITAIS	40%	2.308,93	2.500,34
RECEPCIONISTA BILÍNGUE		3.250,52	3.519,99
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS	20%	2.332,64	2.526,02
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS CONDUTOR DE EMBARCAÇÃO E MOTONAUTA	20%	2.476,33	2.681,62
SECRETÁRIA EXECUTIVA HOSPITALAR (CURSO SUPERIOR EM QUALQUE ÁREA)		7.396,42	8.009,58
SERVENTE		2.006,44	2.172,77
SUPERVISOR		2.982,73	3.230,00
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO		3.054,41	3.307,62
SUPERVISOR DE OPERAÇÕES		2.982,73	3.230,00
TAQUÍGRAFO		3.471,84	3.759,66
TÉCNICO AGRÍCOLA		2.446,37	2.649,17
TÉCNICO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO		2.494,68	2.701,49
TÉCNICO DE SUPORTE OPERACIONAL HOSPITALAR		7.396,42	8.009,58
TÉCNICO EM MECÂNICA		3.275,16	3.546,67
TÉCNICO GASISTA		3.089,17	3.345,26
ZELADOR		2.006,44	2.172,77

IV - ESCOLAS AGROTÉCNICAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AJUDANTE DE COZINHA		1.553,88	1.682,70
AJUDANTE DE JARDINAGEM		1.553,88	1.682,70
ARTÍFICE		2.014,81	2.181,84
AUXILIAR DE PROJETO AGRÍCOLA		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE PROJETO RURAL		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR RURAL		1.553,88	1.682,70
ENCARREGADO		2.364,31	2.610,31
FAXINEIRO		1.553,88	1.682,70

FISCAL DE SERVIÇO		2.105,20	2.279,72
JARDINEIRO		1.684,12	1.823,73
SERVENTE DE LIMPEZA		1.553,88	1.682,70
TRABALHADOR BRAÇAL		1.553,88	1.682,70
ZELADOR		1.553,88	1.682,70

V - CONTRATOS FIRMADOS DIRETAMENTE COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
ATENDENTE (SEGURO)		3.061,99	3.315,83
GERENTE (CTPS)		3.298,41	3.571,85
OPERADOR DE ATENDIMENTO (CTPS)		2.822,12	3.056,07
OPERADOR DE PRODUÇÃO		2.822,12	3.056,07
SUPERVISOR (CTPS)		2.973,14	3.219,61
SUPERVISOR (SEGURO)		4.655,42	5.041,35

VI - SERVIÇOS PRESTADOS PARA EMPRESAS AÉREAS			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AUXILIAR DE SERVIÇOS AEREOS		2.217,37	2.401,19
OPERADOR		2.454,44	2.657,91
SUPERVISOR		3.950,97	4.278,51

VII - EMPRESAS PROFISSIONAIS NO CONTROLE DE PRAGAS			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AGENTE CONTROLADOR DE PRAGAS		1.819,25	1.970,07
AUXILIAR DE CONTROLE DE PRAGAS		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR DE DESINSETIZAÇÃO		1.553,88	1.682,70
AUXILIAR TÉCNICO EM CONTROLE DE PRAGAS		2.105,19	2.279,71
DESINSETIZADOR		1.819,25	1.970,07
ENCARREGADO DE CONTROLE DE PRAGAS		2.004,23	2.220,38
LIDER DE TURMA DESINSETIZADOR		1.872,61	2.027,85
SUPERVISOR DE CONTROLE DE PRAGAS		2.245,56	2.431,72
TÉCNICO AGRÍCOLA		2.003,42	2.169,50
TÉCNICO DE CONTROLE DE PRAGAS		2.127,91	2.304,31
TÉCNICO DE CONTROLE DE PRAGAS SÊNIOR		2.219,18	2.403,15

VIII - CONTRATOS FIRMADOS DIRETAMENTE COM IBAMA			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
TRATADOR DE ANIMAIS	40%	2.458,25	2.662,04

IX - CONTRATOS FIRMADOS DIRETAMENTE COM O CRAS			
FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026

ENTREVISTADOR NÍVEL MÉDIO(JORNADA DE 40H SEMANAIS)		1.723,77	1.866,67
ENTREVISTADOR NÍVEL SUPERIOR (JORNADA DE 30H SEMANAIS)		2.966,65	3.212,59
SUPERVISOR DE ATENDIMENTO (JORNADA DE 40H SEMANAIS)		2.966,65	3.212,59
SUPERVISOR DE CAMPO (JORNADA DE 20H SEMANAIS)		1.935,10	2.095,52

X - TABELA DE ATUAÇÃO GRANDES INDÚSTRIAS

(VALE, VLI, ARCELORMITTAL (ANTIGA CST), SAMARCO, SIMEC (ANTIGA BELGO MINEIRA), VPORTS (ANTIGA CODESA), PORTOCEL E JURONG (SEATRIUM)).

FUNÇÕES	INSALUBRIDADE	SALÁRIO CCT 2025	SALÁRIO CCT 2026
AJUDANTE		1.821,89	1.972,92
AJUDANTE DE CAMPO		2.156,00	2.334,73
ALMOXARIFE		2.303,74	2.494,72
APONTADOR		2.396,45	2.595,12
APONTADOR DE PRODUÇÃO		2.396,45	2.595,12
ARRECADADOR		2.617,12	2.834,08
ARRUMADEIRA		1.821,89	1.972,92
ARTÍFICE		2.380,86	2.578,23
ASCENSORISTA		1.887,07	2.043,51
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		2.396,45	2.595,12
ASSISTENTE DE OPERAÇÕES		2.396,45	2.595,12
ATENDENTE COMERCIAL		3.030,62	3.281,86
ATENDENTE DE PORTARIA		2.215,94	2.399,64
ATENDENTE I		1.887,07	2.043,51
ATENDENTE II		2.617,12	2.834,08
ATENDENTE III		3.128,50	3.387,85
ATENDENTE EM HOSPITAIS	40%	2.308,93	2.500,34
AUXILIAR ADMINISTRATIVO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE ALMOXARIFE		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE DESCARGA DE VAGÕES		1.821,89	1.972,92
AUXILIAR DE DESINSETIZAÇÃO		1.821,89	1.972,92
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO		1.821,89	1.972,92
AUXILIAR DE INFORMÁTICA		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE INSPEÇÃO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO		2.006,44	2.172,77
AUXILIAR DE MEDIÇÃO		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE PISTA		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE PRODUÇÃO		2.513,74	2.722,13
AUXILIAR DE SECRETARIA		2.396,45	2.595,12
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CONVENCIONAL		1.821,89	1.972,92
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BANHEIRISTA	40%	1.821,89	1.972,92
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA PREDIAL	20%	1.821,89	1.972,92
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA LAVADORA	40%	1.920,70	2.079,93

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA	40%	1.920,70	2.079,93
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA DIRIGÍVEL	40%	1.920,70	2.079,93
AUXILIAR DE SUPERVISÃO		2.290,41	2.480,28
AUXILIAR TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		3.174,64	3.437,82
BORRACHEIRO		2.634,06	2.852,42
CABO DE TURMA		2.303,74	2.494,72
CALDEREIRO		2.782,80	3.013,49
CHEFE DE OPERAÇÕES		3.193,04	3.457,74
COLETOR DE LIXO INDUSTRIAL	40%	2.406,72	2.606,24
COLETOR DE RESÍDUOS HOSPITALAR	40%	2.406,72	2.606,24
COLETOR DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	40%	2.406,72	2.606,24
CONTROLADOR DE ESTACIONAMENTO		1.974,58	2.138,27
CONTROLADOR DE PESAGEM		2.396,45	2.595,12
CONTROLADOR DE VEÍCULOS		1.974,58	2.138,27
COPEIRA		1.821,89	1.972,92
COVEIRO	40%	2.351,34	2.546,27
CUIDADOR EM SAÚDE ESCOLAR - 6H	20%	1.821,89	1.972,92
DESINSETIZADOR		2.006,44	2.172,77
ENCARREGADO		2.961,25	3.256,74
ENCARREGADO HOSPITALAR	40%	2.961,25	3.256,74
EXECUTOR I		1.887,07	2.043,51
EXECUTOR II		2.330,86	2.524,09
EXECUTOR III		2.735,95	2.962,76
EXECUTOR LÍDER		2.663,39	2.884,19
FERRAMENTEIRO		2.070,24	2.241,86
FISCAL		2.330,86	2.524,09
GARAGISTA		1.821,89	1.972,92
GARÇON		1.821,89	1.972,92
INSPETOR		2.273,81	2.462,31
JARDINEIRO		1.852,68	2.006,27
JATISTA		2.330,86	2.524,09
LAVADOR DE VEÍCULOS LEVES		1.821,89	1.972,92
LAVADOR DE VEÍCULOS PESADOS		1.930,83	2.090,90
LÍDER DE TURMA		2.330,86	2.524,09
LIMPADOR INTERNO DE VEÍCULO PESADO		1.821,89	1.972,92
MANOBRISTA		2.494,97	2.701,80
MAQUEIRO		1.821,89	1.972,92
MECÂNICO		2.497,40	2.704,43
MENSAGEIRO		1.887,07	2.043,51
MERENDEIRA - 8 H	20%	2.418,25	2.618,72
MONITOR		2.513,74	2.722,13
NUTRICIONISTA		4.090,42	4.429,52
OFFICE BOY		1.821,89	1.972,92
OPERADOR DE BALANÇA		2.396,45	2.595,12
OPERADOR DE CALL CENTER		3.030,62	3.281,86
OPERADOR DE DRAGA		3.595,70	3.893,78
OPERADOR DE ETI E ETA		3.595,70	3.893,78
OPERADOR DE FOTOCOPIADORAS		1.887,07	2.043,51
OPERADOR DE GIRO ZERO		3.595,70	3.893,78
OPERADOR DE LAVA JATO		1.974,58	2.138,27

OPERADOR DE MAQUETE		2.513,74	2.722,13
OPERADOR DE MÁQUINA EMPILHADEIRA		2.888,95	3.128,44
OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA	20%	2.001,42	2.167,34
OPERADOR DE MÁQUINA VARREDEIRA		2.046,35	2.215,99
OPERADOR DE MICRO-TRATOR		2.735,95	2.962,76
OPERADOR DE MOTO SERRA	20%	2.188,71	2.370,15
OPERADOR DE PICOTADEIRA DE MADEIRA		2.006,44	2.172,77
OPERADOR DE PRODUÇÃO		2.001,42	2.167,34
OPERADOR DE SERVIÇOS EXTERNOS		2.697,55	2.921,18
OPERADOR DE VIDEOMONITORAMENTO DE CFTV		2.513,74	2.722,13
PATINADOR		1.887,07	2.043,51
PINTOR I		1.821,89	1.972,92
PISCINEIRO (ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO DE PISCINAS)		2.396,45	2.595,12
PORTEIRO		1.924,88	2.084,45
PREPOSTO		2.932,73	3.175,85
RECEPCIONISTA		2.308,93	2.500,34
RECEPCIONISTA EM HOSPITAIS	40%	2.308,93	2.500,34
RECEPCIONISTA BILÍNGUE		2.932,73	3.175,85
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS	20%	2.239,80	2.425,48
SALVA VIDAS/GUARDA VIDAS CONDUTOR DE EMBARCAÇÃO E MOTONAUTA	20%	2.377,76	2.574,88
SECRETÁRIA EXECUTIVA HOSPITALAR (CURSO SUPERIOR EM QUALQUE ÁREA)		7.102,05	7.690,81
SERVENTE		1.821,89	1.972,92
SUPERVISOR		2.982,73	3.230,00
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO		2.982,73	3.230,00
SUPERVISOR DE OPERAÇÕES		2.982,73	3.230,00
TAQUÍGRAFO		3.333,66	3.610,02
TÉCNICO AGRÍCOLA		2.349,01	2.543,74
TÉCNICO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO		2.396,45	2.595,12
TÉCNICO DE SUPORTE OPERACIONAL HOSPITALAR		7.102,05	7.690,81
TÉCNICO EM MECÂNICA		3.275,16	3.546,67
TÉCNICO GASISTA		2.966,23	3.212,13
ZELADOR		1.821,89	1.972,92

}

NACIB HADDAD NETO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS NO ESTADO DO ES

EVANI DOS SANTOS REIS
PRESIDENTE
SIND TRAB EMPRESAS ASSEIO CONS LIMP PUB E SERV SIMIL ES

ANEXOS

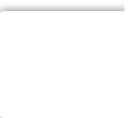
ANEXO I - ATA SINDILIMPE

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA SEACES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Subsecretaria de Estado de Administração Geral
Gerência Estratégica de Planejamento e Avaliação de Contratações
Subgerência de Padronização de Documentos e Preços Referenciais

Custo do Serviço de Conservação e Limpeza Predial e Demais Serviços de Apoio Terceirizado

Apuração de custos realizada por metodologia elaborada pela Comissão Permanente de Estudo e Elaboração de Planilhas de Preços Referenciais para a contratação de serviços terceirizados, conforme o Art.38 Inc. VII do Decreto 6.096-R, de 08 de julho de 2025 e com a Portaria 153-S de 10 de fevereiro de 2026.

Publicado na Portaria Nº 008-R, 27 de fevereiro de 2026.

Mês de referência: fevereiro/2026

Validade: 01/01/2026 a 31/12/2026

	Código	Caracterização do Posto	Custo/Mês	
Serviço de Conservação e Limpeza SEM Material	0288003	CONVENCIONAL, 44 HORAS, DIURNO	R\$	5.108,39
	0288009	CONVENCIONAL, 12 X 36, DIURNO	R\$	9.822,24
	0288010	CONVENCIONAL, 12 X 36, NOTURNO	R\$	10.701,57
	0288017	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 20%, 44 HORAS, DIURNO	R\$	5.793,36
	0288018	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 40%, 44 HORAS, DIURNO	R\$	6.478,33
	0288021	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 20%, 12 X 36, DIURNO	R\$	11.188,98
	0288022	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 40%, 12 X 36, DIURNO	R\$	12.555,72
	0288023	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 20%, 12 X 36, NOTURNO	R\$	12.226,96
	0288024	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 40%, 12 X 36, NOTURNO	R\$	13.752,36
Serviço de Conservação e Limpeza COM Material	0288048	CONVENCIONAL, 44 HORAS, DIURNO	R\$	5.563,57
	0288049	CONVENCIONAL, 12 X 36, DIURNO	R\$	10.732,60
	0288050	CONVENCIONAL, 12 X 36, NOTURNO	R\$	11.611,93
	0288057	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 20%, 44 HORAS, DIURNO	R\$	6.248,54
	0288058	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 40%, 44 HORAS, DIURNO	R\$	6.933,51
	0288059	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 20%, 12 X 36, DIURNO	R\$	12.099,34
	0288060	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 40%, 12 X 36, DIURNO	R\$	13.466,08
	0288061	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 20%, 12 X 36, NOTURNO	R\$	13.137,32
	0288062	CONVENCIONAL COM INSALUBRIDADE 40%, 12 X 36, NOTURNO	R\$	14.662,72
Demais Serviços de Apoio Terceirizado	0281397	RECEPCIONISTA - CONVENCIONAL 44 HS SEMANAIS DIURNAS	R\$	6.199,69
	0281398	RECEPCIONISTA - CONVENCIONAL 12X36 DIURNAS	R\$	11.998,54
	0281399	PORTEIRO - CONVENCIONAL 44 HS SEMANAIS DIURNAS	R\$	5.276,74
	0281400	PORTEIRO - CONVENCIONAL 12X36 DIURNAS	R\$	10.157,10
	0281401	PORTEIRO - CONVENCIONAL 12X36 NOTURNO	R\$	11.131,50
	0281402	ENCARREGADO - CONVENCIONAL 44 HS SEMANAIS DIURNAS	R\$	6.927,68
	0281403	COPEIRA - CONVENCIONAL 44 HS SEMANAIS DIURNAS	R\$	4.867,71
	0281404	COPEIRA - CONVENCIONAL 12X36 DIURNAS	R\$	9.341,03
	0288065	ARTIFICE - CONVENCIONAL 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS	R\$	6.022,75
	0281408	JARDINEIRO - CONVENCIONAL - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS	R\$	5.254,60
	0288064	LÍDER DE TURMA - CONVENCIONAL- 44 HS SEMANAIS DIURNAS	R\$	5.270,23